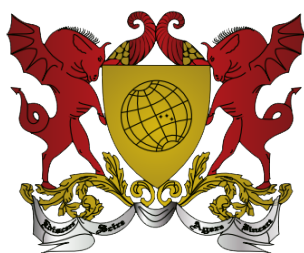


Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Elaine Aparecida Fernandes



Administração
Pública Municipal



Universidade Federal de Viçosa

Reitor

Demetrius David da Silva

Vice-Reitora

Rejane Nascentes



Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Francisco de Assis de Carvalho Pinto

Campus Universitário, 36570-900, Viçosa/MG

Telefone: (31) 3612 1251

Autor(a): Elaine Aparecida Fernandes

Layout: Hugo Virgínio e Juliana Dias de Almeida

Editoração Eletrônica: Juliana Dias de Almeida

Edição de conteúdo e CopyDesk: João Batista Mota

Disciplina: ADM572 Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Julho, 2022



Currículo do Autor(a)

Elaine Aparecida Fernandes

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (2000); mestrado (2003) e doutorado (2006) em Economia Aplicada pela UFV.

Atualmente, é professora associada em Economia Aplicada no Departamento de Economia da UFV. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Desenvolvimento, Meio Ambiente e Economia Internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: degradação ambiental, indicadores ambientais, investimento direto, competitividade e inovação.

Significado dos ícones da apostila

Para facilitar o seu estudo e a compreensão imediata do conteúdo apresentado, ao longo de todas as apostilas, você vai encontrar essas pequenas figuras ao lado do texto. Elas têm o objetivo de chamar a sua atenção para determinados trechos do conteúdo, com uma função específica, como apresentamos a seguir.



DESTAQUE: são definições, conceitos ou afirmações importantes às quais você deve estar atento.



SAIBA MAIS: se você quiser complementar ou aprofundar o conteúdo apresentado a apostila, tem a opção de links na internet, onde pode obter vídeos, sites ou artigos relacionados ao tema.



GLOSSÁRIO: Informações pertinente ao texto, para situá-lo melhor sobre determinado termo, autor, entidade, fato ou época, que você pode desconhecer.



PARA REFLETIR: vai fazer você relacionar um tópico a uma situação externa, em outro contexto.



Exercícios Propostos: são momentos pra você colocar em prática o que foi aprendido.

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
REPÚBLICA BRASILEIRA: DA PROCLAMAÇÃO AOS DIAS ATUAIS	10
UNIDADE 1	
REPÚBLICA VELHA OU PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	11
1. INTRODUÇÃO	11
2. REPÚBLICA DA ESPADA (1889-1894) E A CONSTITUIÇÃO DE 1891	12
3. REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS (1894-1930) E A POLÍTICA DO CAFÉ COM LEITE	13
4. MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA	18
UNIDADE 2	
ERA VARGAS OU NOVA REPÚBLICA (1930 - 1945)	23
1. INTRODUÇÃO	23
2. GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)	24
3. GOVERNO CONSTITUCIONAL OU PRESIDENCIAL (1934-1937)	25
4. ESTADO NOVO (1937-1945)	26
UNIDADE 3	
REPÚBLICA POPULISTA (1945-1964)	28
1. INTRODUÇÃO	28
2. QUAIS PRESIDENTES GOVERNARAM NESTA ÉPOCA?	28
UNIDADE 4	
REGIME MILITAR (1964-1985)	35
1. INTRODUÇÃO	35
2. O GOVERNO DE CASTELO BRANCO E O PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA – PAEG	35
3. OS GOVERNOS COSTA E SILVA, MÉDICI E O MILAGRE ECONÔMICO	37
4. OS GOVERNOS GEISEL E FIGUEIREDO, A DESACELERAÇÃO DO MILAGRE ECONÔMICO E AS CRISES DO PETRÓLEO	39
UNIDADE 5	
NOVA REPÚBLICA	42
1. INTRODUÇÃO	42
2. TANCREDO NEVES, JOSÉ SARNEY E A RETOMADA DA REPÚBLICA (1984-1989)	42
3. ELEIÇÕES DIRETAS, IMPEDIMENTO E ESTABILIZAÇÃO: O GOVERNO COLLO /ITAMAR (1990-1994)	46
4. ESTABILIDADE, PRIVATIZAÇÕES E ENDIVIDAMENTO: O PRIMEIRO GOVERNO FHC (1995-1998)	50
5. CRISE INTERNACIONAL, O RETORNO DA INFLAÇÃO E RACIONAMENTO: O SEGUNDO GOVERNO FHC (1999-2002)	51
6. INCERTEZAS, BOLSA FAMÍLIA E ESTABILIDADE ECONÔMICA: O PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003-2006)	53
7. O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO: O SEGUNDO GOVERNO LULA (2007 2010)	56



8. CORRUPÇÃO E MANIFESTAÇÕES À TONA: O PRIMEIRO GOVERNO DILMA (2011-2014)	59
9. CRISE POLÍTICA, <i>IMPEACHMENT</i> E DESAPROVAÇÃO POPULAR: O GOVERNO DILMA TEMER (2015-2018)	61
10. CRISE SANITÁRIA, POLÊMICAS E NEGACIONISMO: A PRIMEIRA METADE DO GOVERNO BOLSONARO (2019-2020)	63
GALERIA DOS PRESIDENTES	65
BIBLIOGRAFIA	87

Apresentação

Prezado(a) estudante,

Estamos iniciando os nossos estudos na disciplina ADM 572 – Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro. Você terá a oportunidade de aprender, lembrar e fazer uma análise crítica do período da história que se inicia com a Proclamação da República e vai até os dias atuais.

Vários acontecimentos caracterizaram esta fase. A Proclamação da República; a promulgação da primeira Constituição do período republicano; a Revolução de 1930; a Consolidação das Leis do Trabalho; a construção de Brasília; o golpe militar; o PAEG (Plano de Ação Econômica); Diretas Já; Constituição de 1988; planos Cruzado, Collor e Real; *impeachments*; apagão; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a pandemia por Covid-19 podem ser citados como exemplos.

Ao longo do tempo, tivemos grandes mudanças com importantes rupturas que, na maioria das vezes, deixaram marcas e influenciaram o nosso presente. Entender como o presente foi influenciado pelo passado é extremamente relevante. Tenho certeza de que após os nossos estudos você terá capacidade de perceber como o Brasil se transformou, não apenas na forma de governo, mas também em termos de descentralização de poder. Nós nos tornamos um Estado Laico, no qual o governo deve proteger a todos, independentemente de sua crença ou raça.

Você terá condições de analisar os principais acontecimentos – sociais, econômicos e políticos – e localizá-los no tempo, de acordo com o tipo de governo. Poderá ainda refletir sobre cada um deles.

Não tenho a pretensão de esgotar o assunto, pois você pode observar que muitos foram os acontecimentos do período, mas espero que goste desta disciplina e que ela possa contribuir para melhorar o seu conhecimento a respeito do tema.

Elaine Aparecida Fernandes



República brasileira: da proclamação aos dias atuais

República no Brasil é o período da história que teve início em 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República) e vigora até os dias atuais.

A República brasileira pode ser dividida em:

1. República Velha ou Primeira República
2. Era Vargas ou Nova República
3. República Populista
4. Regime Militar
5. Nova República

UNIDADE 1:

República Velha ou Primeira República (1889-1930)

1. INTRODUÇÃO

Nesta unidade, você vai estudar o período da história denominado República Velha ou Primeira República – também conhecido por República Oligárquica, República dos Coronéis ou República do Café com Leite – que compreende os anos de 1889 e 1930. Esta denominação surge em oposição ao período pós-revolução de 1930, que é visto como um marco na história da República - como você vai poder observar ao longo do texto.

O primeiro presidente da Primeira República foi Marechal Deodoro da Fonseca e o último foi Washington Luís, delimitando o início e o término de um período extremamente importante e conturbado em termos de acontecimentos históricos. Toda a agitação vinha do fato dos anseios da população estarem sendo negligenciados e, com isso, várias revoltas ocorreram ao longo do período.

É importante salientar que a República Velha foi dividida em dois períodos distintos. O primeiro deles foi a **República da Espada** (1889-1894), em virtude da condição militar dos dois primeiros presidentes do Brasil: Deodoro da Fonseca (1891) e Floriano Peixoto (1891-1894). Nessa fase, o poder era mais centralizado e ainda existia o temor da volta da Monarquia.

Em seguida, tem-se a **República das Oligarquias** (1895-1930), período em que as oligarquias agrárias dominavam o país, conhecido popularmente como a “política do café com leite”, em razão da dominação paulista e mineira no governo federal, que só terminou com a Revolução de 1930. Nesse contexto, o poder sai dos militares e vai para as elites regionais.

Em termos econômicos, foi um período de modernização, início e crescimento da industrialização, o que conduzia ao cenário adequado para a construção da classe operária brasileira, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial. No entanto, é importante lembrar que a economia brasileira permanecia dominada pela cultura do café. Isso foi verdade até a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. Com a quebra, vários movimentos foram ocorrendo. As primeiras greves e o crescimento dos movimentos anarquistas e comunistas nos grandes centros urbanos podem ser citados como exemplos.



No que se refere ao Estado brasileiro, observa-se que, com a República Velha, as mudanças na gestão pública foram pequenas. O patrimonialismo ainda era a característica principal, só que agora com ênfase no coronelismo e nas oligarquias.

2. REPÚBLICA DA ESPADA (1889-1894) E A CONSTITUIÇÃO DE 1891

A República da Espada, período compreendido entre 1889 e 1894, era controlada pelos militares. Seus presidentes foram Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Deodoro da Fonseca proclamou a República, no dia 15 de novembro de 1889, ao lado de republicanos e militares. Instaurou-se, dessa forma, um novo regime no país: a República Presidencialista.

O governo do Marechal Deodoro era provisório e tinha como uma das suas **principais metas** elaborar a primeira constituição republicana do Brasil. Sua promulgação ocorreu em fevereiro de 1891 e foi influenciada pela **Constituição dos Estados Unidos da América**.

Principais metas: Foram adotados no período: a transformação das províncias em estados; decreto separando Igreja e Estado; educação passou a ser responsabilidade do Estado; expulsão da família real do Brasil, etc.



Constituição dos Estados Unidos da América: A Constituição dos Estados Unidos dividiu o governo federal em três partes: o Poder Executivo, que é formado pelo presidente e vice-presidente; o Legislativo, composto pelo Congresso, e o Judiciário, que inclui o Supremo Tribunal e outros tribunais federais.



Seu caráter era descentralizador e houve divisão dos poderes em três: Executivo (presidente da República, governadores, prefeitos), Legislativo (deputados federais e estaduais, senadores e vereadores) e Judiciário (juízes, promotores, etc.).

O presidencialismo foi escolhido como regime de governo; os membros dos poderes Legislativo e Executivo passaram a ser eleitos pelo voto popular direto; os mandatos do presidente e do vice-presidente da República foram fixados em quatro anos (sem direito à reeleição para o próximo mandato). O vice assumiria o poder se houvesse morte, renúncia ou qualquer outro problema com o presidente. Entretanto, novas eleições seriam imediatamente convocadas e ele não precisaria ficar até o término do mandato. Caso fosse pertinente e existisse acordo político, o vice poderia continuar no poder até o fim o mandato.

Para as regras eleitorais, ficou determinado que o voto continuaria não secreto, sendo que as cédulas deveriam ser assinadas. O **voto distrital** permaneceu, com a eleição de três deputados para cada distrito eleitoral do país. Além disso, foi extinto o voto censitário, que definia o eleitor por sua renda.

Voto distrital: A Lei dos Círculos, de 1855 – baseada na Lei Eleitoral francesa, de 1789, que dizia que eleitores e candidatos deviam ser circunscritos a uma área geográfica com determinada densidade eleitoral – instituiu o voto distrital no Império. Os juízes de paz tinham um importante papel nesse contexto.



Entretanto, alguns retrocessos permaneceram: continuavam excluídos do direito ao voto as mulheres, os analfabetos, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os indigentes. Em adição, o Congresso Nacional passou a ter a função de regulamentar o sistema para as eleições de cargos políticos federais; já a regulamentação das eleições estaduais e municipais ficou sob a tutela das assembleias estaduais.

Uma questão importante colocada pela Constituição de 1891 foi a garantia à liberdade de associação, imprensa, expressão e de reunião sem armas. Ela também assegurava aos acusados

amplo direito de defesa, garantias de magistratura aos juízes federais, instituiu o *habeas-corpus*, etc.

Esse governo enfrentou graves momentos de instabilidade política e econômica, pois o país estava mudando de um governo monárquico para um regime republicano. Deodoro governou até novembro de 1891, quando renunciou ao cargo, por não suportar os sérios problemas econômicos que vigoravam na época (**Encilhamento**, especulação, inflação, falência de bancos e de empresas etc.). Também enfrentou conflitos políticos, como a centralização do poder, o fechamento do Congresso Nacional, censura etc.



Encilhamento: Rui Barbosa, quando Ministro de Fazenda, visava transformar o Brasil num polo industrial. Para tanto, o objetivo da política do encilhamento era o de estimular o crescimento econômico, incentivando a emissão de papel moeda. Simultaneamente, impulsionava a industrialização e modernização do país, por meio da expansão da agricultura e do comércio.



Você sabe o que foi a política do Encilhamento? Pesquise sobre este assunto e veja como ela foi utilizada para estimular o crescimento econômico.

Em seguida, Floriano Peixoto tornou-se presidente, em 23 de novembro de 1891. Um pouco antes, durante o governo provisório, em 1890, ele havia sido indicado como ministro da Guerra, e, no ano seguinte, foi eleito como vice-presidente de Deodoro da Fonseca.

Seu governo foi marcado por “pulso firme” (foi chamado de “Marechal de Ferro”), pois o país vivenciava uma crise econômica e política séria após a Proclamação da República.



De forma geral, suas políticas estiveram pautadas, em grande parte, nos setores mais populares. Diminuiu os impostos e os preços dos produtos e das habitações, o que gerou grande admiração da população. Entretanto, o populismo de Peixoto incomodou grande parte da elite do país, principalmente da oligarquia cafeeira, liberal e descentralizada. Este fato gerou revoltas pelo país, como a **Revolta da Armada** e a Revolução Federalista (1893-1895). Para acabar com as revoltas, Floriano utilizou a força e violência.



Revolta da Armada: ocorreu no Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil. Era disputada entre os militares e o exército. Ao final, alguns rebeldes da Revolta tentaram se aliar e articular ações com os federalistas no sul do país, os quais conquistaram a cidade de Desterro (atual Florianópolis), em Santa Catarina. No entanto, Floriano Peixoto, deu fim às duas revoltas em 1894, o que lhe conferiu a denominação de “Marechal de Ferro”. A capital catarinense passou a se chamar Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto.

3. REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS (1894-1930) E A POLÍTICA DO CAFÉ COM LEITE

O período entre 1895 e 1930 foi um momento de forte domínio das oligarquias na política nacional, que eram compostas, prioritariamente, por ricos e poderosos proprietários rurais, principalmente da região Sudeste do Brasil. Esses proprietários rurais eram denominados de “coronéis”. Daí, o período também ser chamado de coronelismo. Eles dominavam e controlavam os eleitores, que votavam sempre nos candidatos aprovados por eles. Este tipo de voto era chamado de “voto de cabresto”.

Os presidentes deste período foram: Prudente José de Moraes Barros (1894-1898), Manuel Ferraz Campos Sales (1898-1902), Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Augusto

Moreira Pena (1906-1909), Nilo Procópio Peçanha (1909-1910), Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914), Wenceslau Braz Pereira Gomes (1914-1918), Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1918-1919), Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1919-1922), Arthur da Silva Bernardes (1922-1926), e Washington Luís Pereira de Sousa (1926-1930).

Desde a administração de Prudente de Moraes até Washington Luís, apenas três presidentes eleitos (Hermes da Fonseca, Epitácio Pessoa e Washington Luís) não eram dos estados de Minas Gerais ou de São Paulo.

Para entender melhor o coronelismo, leia o artigo Coronelismo, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/coronelismo>



3.1. Governo de Prudente de Moraes

A República das Oligarquias se iniciou com o governo de Prudente de Moraes. Ele atuou como advogado e exerceu diversos cargos políticos, conquistando o posto de primeiro presidente civil da República. Neste governo, os militares ainda tinham poder político. Somente com o desgaste sofrido com a Guerra de Canudos e o assassinato do seu ministro de Guerra, Marechal Carlos Machado de Bittencourt, os militares se afastaram do poder. Eles voltariam à política somente entre 1910 e 1914, no governo do marechal Hermes da Fonseca, e no movimento tenentista iniciado em 1920.

Ainda no governo provisório de marechal Deodoro, após a Proclamação da República (1889), Prudente de Moraes foi designado para ser governador de São Paulo. Em 1891, disputou a presidência da República contra Deodoro e perdeu. Após o governo de Floriano Peixoto, Prudente novamente se candidatou para a presidência, disputando com Afonso Pena. Ele venceu, dando início ao período que ficou conhecido como “República das Oligarquias”, caracterizada pelo domínio dos fazendeiros paulistas e mineiros, para os cargos políticos do país.

Durante seu governo, procurou combater a inflação. Entretanto, aumentou a dívida externa do país, uma vez que a política do Encilhamento (1890), representou uma das piores crises econômicas do país. Para tentar manter o equilíbrio Prudente aumentou a dívida externa e contraiu empréstimos para conter a inflação.

3.2. Governo Campos Sales

Campos Sales foi o segundo presidente deste período e teve que lidar com os problemas políticos e econômicos herdados dos governos anteriores. Esses problemas conduziram o país à uma grande inflação, agravada pelas dívidas pública e externa.

Com a diminuição dos preços do café no mercado externo, a conjuntura piorava. A pressão dos bancos internacionais aumentava e Sales negociou com os banqueiros internacionais um acordo denominado funding loan, que se resumia nos seguintes pontos:

1. A economia brasileira receberia um empréstimo de dez milhões de libras, pagáveis em dez anos, para consolidar a dívida;
2. Seria estabelecido maior prazo para que o Brasil pagasse a dívida externa; e
3. O governo brasileiro entregaria, como garantia, as rendas das alfândegas de diversos portos, da Central do Brasil e do serviço de água do Rio de Janeiro.

A política anti-inflacionária do então ministro da Fazenda Joaquim Murtinho caracterizou-se

pela retirada de circulação e queima de moeda. Além disso, houve corte drástico nas despesas do governo, com o cancelamento de obras públicas e dispensa de funcionários. Tais medidas foram aliadas ao aumento e criação de novos impostos.

A política adotada melhorou as finanças brasileiras, mas afetou drasticamente a indústria e o comércio. A população mais pobre e a classe média urbana também sofreram grande impacto.

O presidente Campos Sales consolidou a Política dos Estados. Assim, o governo federal não interferia na política dos estados, e estes não intervinham na política dos municípios, o que garantia autonomia política. Em troca, os governadores passaram a dar apoio ao governo federal.



É importante salientar que, na realidade, a Política dos Estados garantia que a oposição não conseguisse chegar ao poder. Como isso era possível? Os representantes eram selecionados mediante acordos entre o governo federal e as elites estaduais e as eleições eram pouco confiáveis. Nessa época, a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional era o órgão responsável pela fiscalização do sistema eleitoral. Essa comissão dificilmente aprovava parlamentares eleitos que não apoiassem a Política dos Estados.

3.3. Governo de Rodrigues Alves

Após Campos Sales, veio o governo de Rodrigues Alves, que foi o quinto presidente da República do Brasil. Fazendeiro paulista, Alves tinha o apoio das oligarquias cafeeiras.

No seu governo, investiu-se em saneamento, reurbanização e modernização, principalmente no Rio de Janeiro, a então capital da República. Nesta época, o Rio já sofria com construções irregulares, acúmulo de lixo e proliferação de diversas doenças (febre amarela, peste bubônica e varíola).



Investiu-se também, nesta fase, na construção de avenidas, portos e estradas de ferro. Importante destacar que, para a efetivação do projeto de reurbanização e modernização da capital, a população pobre foi banida de seus casebres e cortiços. Uma grande consequência dessas ações foi o desenvolvimento de favelas. Lembrem-se de que o Rio de Janeiro tem a maior favela da América Latina: a favela da Rocinha.

Além disso, houve também a anexação do Acre ao território brasileiro, por meio do Tratado de Petrópolis (1903), entre Bolívia e Brasil. Nesse tratado, ficou estabelecido que o território, a partir daquela data, pertenceria ao Brasil.

3.4. Governo Afonso Pena

O sexto presidente da República foi Afonso Pena. Seu governo foi marcado pela oposição à política que valorizava o café e que fora estabelecida no **Convênio de Taubaté**. O presidente determinou a intervenção para defender o produto e conseguiu reduzir a pressão dos produtores do país descontentes com a gestão do produto em São Paulo.



Convênio de Taubaté: firmado em 1906, o acordo entre os governadores dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo previa intervenção do governo federal em benefício da classe de cafeicultores de determinadas regiões do Brasil. Ele estabelecia, dentre outras coisas, preços mínimos para a compra do excedente pelos governos.

Ainda no governo de Afonso Pena, o país assistiu ao reaparelhamento de ferrovias e portos. O presidente reorganizou o exército e ofereceu as condições para a ligação do Rio de Janeiro à Amazônia por meio do telégrafo.

Como foi o presidente que se afastou dos interesses das oligarquias, Pena teve problemas com a indicação de um substituto para sucedê-lo. Suas indicações eram sempre rejeitadas. Ele morreu antes de terminar seu mandato, em consequência de uma forte pneumonia, e foi substituído pelo seu vice, Nilo Peçanha, que teve seu governo marcado pelo aprofundamento dos conflitos entre as oligarquias mineiras e paulistas.

No período curto em que Peçanha esteve na presidência, criou o Serviço de Proteção aos Índios, o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e incentivou o ensino técnico-profissional.

Apesar das discussões a respeito da sua origem racial, Nilo Peçanha é o primeiro e único presidente negro do Brasil.



3.5. Governo de Hermes da Fonseca

Hermes da Fonseca foi o oitavo presidente da República do Brasil, tendo como vice Wenceslau Braz. Era sobrinho de Marechal Deodoro da Fonseca e participou da Proclamação da República.

Ao entrar no poder, teve que enfrentar a crise da política do café com leite (o acordo entre Minas Gerais e São Paulo no revezamento do poder vinha apresentando problemas). Além disso, nos primeiros dias de atuação, se defrontou com a Revolta da Chibata e, posteriormente, com a Guerra do Contestado, que só foi solucionada no governo de Wenceslau Braz.

3.6. Governo de Wenceslau Braz

Wenceslau Braz tornou-se presidente da República, eleito em 1 de março de 1914, e precisou lidar com um sistema político ainda manipulado pelas elites oligárquicas de São Paulo e Minas Gerais.

Seu governo enfrentou diversos problemas. A Guerra do Contestado, herdada do governo anterior, foi um deles. Além disso, conviveu com greves (já existia a classe operária e a industrialização começava a ganhar corpo), graves crises econômicas (uma delas era a queda dos preços do café) e dificuldades e influências da Primeira Guerra Mundial.



Diante deste cenário, uma de suas ações foi a queima de três milhões de sacas de café que não foram exportadas, após o início da Primeira Guerra, devido à diminuição dos preços.

3.7. Governo Rodrigues Alves

Após o governo de Wenceslau Braz, Rodrigues Alves foi eleito, mas substituído na cerimônia de posse pelo seu vice-presidente, Delfim Moreira, que governaria até que fosse convocada nova eleição. O motivo da substituição foi que Alves contraiu a gripe espanhola e faleceu no dia 16 de janeiro de 1919.

Nessa fase, as tarifas alfandegárias foram aumentadas, títulos da dívida pública emitidos e gastos públicos reduzidos. Essas medidas foram tomadas com a meta de controlar o déficit orçamentário, advindo da Primeira Guerra Mundial.



O governo também aperfeiçoou a administração do território do Acre e republicou o Código Civil brasileiro, com várias correções ao texto original de 1916.

3.8. GOVERNO DE EPITÁCIO PESSOA

Em 13 de abril de 1919, Epitácio Pessoa disputou a presidência contra Rui Barbosa e venceu, tomando posse no dia 28 de julho de 1919. Nesse ano, a Primeira Guerra Mundial havia terminado na Europa.

Seu governo foi marcado por diversos problemas de cunho social, político e econômico. Muitas greves e levantes militares ocorreram, como o movimento tenentista, iniciado no seu governo. O exército estava insatisfeito e vinha enfrentando muitas dificuldades, como: escassez de armamentos, medicamentos, cavalos e instrução para as tropas. Nesse cenário de insatisfação, diversos movimentos militares surgiram. A presença de tenentes na liderança desses movimentos deu origem ao termo “tenentismo” e foi quando ocorreu a “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana”, que será exposta mais adiante.



Epitácio Pessoa apoiaria Getúlio Vargas no Golpe Militar de 1930, que ficou conhecido como Revolução de 1930, a qual depôs o presidente que ocupava o cargo no país, Washington Luís. Seu sobrinho João Pessoa, candidato indicado a vice-presidente da República, foi assassinado pelo advogado e jornalista João Duarte Dantas, ato que levou Vargas ao poder.

3.9. Governo de Arthur Bernardes

Logo após Epitácio Pessoa, foi a vez do governo de Arthur Bernardes, que disputou o cargo de presidente da República com Nilo Peçanha. Ele assumiu o cargo em novembro de 1922.

Bernardes governou em estado de sítio (medida de proteção do Estado), enfrentando diversos movimentos tenentistas que se espalhavam pelo país (Revolução de 1924, Coluna Prestes e Comuna de Manaus) e movimentos operários. Paralelamente, lidou com uma inflação desenfreada, decorrente do fim da Primeira Guerra Mundial.

Suas ações tiveram cunho autoritário, o que o caracterizou como um governo repressivo. Sob o ponto de vista econômico, adotou medidas, como cortes de gastos públicos e aumentos de impostos.



Em seu governo, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (Esav), em Minas Gerais, atualmente denominada Universidade Federal de Viçosa (UFV).

3.10. Governo Washington Luís

Washington Luís veio logo após Arthur Bernardes e foi o 13º presidente da República do Brasil. Em seu governo, buscou promover uma política de equilíbrio monetário e cambial para o setor financeiro, mas não conseguiu grandes avanços. Isso porque seu governo sofreu com a crise de 1929, que quase destruiu o setor cafeeiro. A insatisfação desse setor com o governo aumentou muito, já que Washington Luís negou ajuda aos cafeicultores.



O que foi a crise de 1929? Como afetou o Brasil? Pesquise sobre o assunto.

Em adição, Washington Luís teve problemas do ponto de vista político por gerar insatisfação nas oligarquias, na classe média urbana, nos tenentes e operários. Então, não foi surpresa quando, em 24 de outubro de 1930, foi destituído pelo golpe militar liderado por Getúlio Vargas. Era a Revolução de 1930.

O Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, foi o palco de um acontecimento peculiar, envolvendo o Presidente Washington Luís. Ele foi baleado pela Marquesa Elvira Vishi Maurich, de 28 anos. Ela era sua amante. Logo após o fato, a Marquesa foi encontrada morta e a causa oficial de sua morte foi suicídio.

Para saber mais sobre a República Velha, consulte este link: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo?busca=%22REP%C3%A9BLICA+VELHA%22&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nItens=30>



4. MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

É importante ter em mente que a Primeira República foi um dos períodos mais conturbados da história do Brasil. O novo regime não conseguiu satisfazer os sonhos dos mais humildes e os problemas sociais, políticos e econômicos levaram a guerras, como a de Canudos (1893-1897), a Federalista (1893-1895) e do Contestado (1912-1916), deixando milhares de mortos.

4.1. Guerra dos Canudos

A Guerra dos Canudos, por exemplo, pode ser considerada um dos principais conflitos ocorridos na época. Liderada por Antônio Conselheiro, que defendia ideais de renovação da fé e justiça, nem idosos, mulheres e crianças escaparam da morte.



A Guerra de Canudos foi descrita por Euclides da Cunha, que testemunhou as operações do exército, no livro *Os Sertões*, publicado em 1902. Na imagem, mulheres, feridos, velhos e crianças se entregam ao Exército, em 2 de outubro de 1897

Foto: Flávio Barros/Acervo Museu da República.

Como seus ideais incomodavam as autoridades políticas e religiosas da época, o jargão de louco fanático foi-lhe atribuído e, após a sua morte, lhe cortaram a cabeça para estudar o seu cérebro.

Mesmo diante da oposição dos poderosos da época, Antônio Conselheiro foi capaz de consolidar uma comunidade, denominada de Canudos, que não se curvava aos representantes do poder vigente. É claro que esta comunidade se tornou uma ameaça à Igreja, políticos e senhores de terra e se tornou um alvo das tropas republicanas.

4.2. Revolução Federalista no Sul do Brasil

Outro fato extremamente importante ocorrido durante a Primeira República foi a Revolução Federalista no Sul do Brasil, que elucidou os conflitos envolvendo diferentes grupos entre os republicanos. Havia, de um lado, aqueles que eram favoráveis à centralização do poder sob a égide da necessidade de consolidação da República. Os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto podem ser citados como exemplos. De outro lado, alguns defendiam a descentralização do poder, com maior participação dos estados. Este último grupo foi chamado de federalista.

Infelizmente, o conflito saiu do campo das ideias e se tornou físico. Floriano Peixoto tentou controlar a situação nomeando Júlio Castilhos para o governo gaúcho e acabou desencadeando uma guerra. Os federalistas não corroboravam com a tese de que nos primeiros anos da República o Poder Executivo precisasse de amplos poderes.

Os historiadores concordam que a Revolução Federalista foi marcada pela crueldade. Tanto os federalistas quanto os representantes do poder vigente degolaram seus prisioneiros. E esta Revolução só terminou com um acordo celebrado no governo de Prudente de Moraes. O acordo previa que os federalistas seriam anistiados e Júlio de Castilhos se manteria como presidente do estado do Rio Grande do Sul.



A Revolução Federalista também ficou conhecida como a “Revolução da Degola”, posto que o degolamento era comum, com o intuito de poupar armas e munições. A imagem mostra o momento em que um prisioneiro é degolado, justificando o apelido dado à Revolução

Foto: Acervo Museu da República.

4.3. Guerra do Contestado

Por fim, tem-se a Guerra do Contestado, que ocorreu na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina. A motivação dela veio das consequências da expansão da construção das ferrovias e da disputa por terras ricas em erva-mate.

No final do século XIX, o Brasil foi tomado por construções de ferrovias que interligavam o território nacional e facilitavam o escoamento da produção, inclusive para exportação. Consequentemente, os trabalhadores, em busca de melhores condições de vida, se deslocavam para as regiões em que se situavam as obras.



Guerra do Contestado: um dos chefes rebeldes, Bonifácio Papudo, se rende às forças policiais, em janeiro de 1915

Foto: Acervo Dorothy Jansson Morett/Agência Senado.

A guerra eclodiu quando a estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul foi inaugurada. Os operários envolvidos nas obras ficaram sem emprego e perderam suas terras (doadas para a empresa *Brazil Railway Company*, responsável pela construção da ferrovia), o que conduziu a uma crise social sem precedentes. Revoltados, iniciaram o conflito e o governo federal interveio enviando tropas. Apenas em 1916 o governo venceu os operários, pondo fim à guerra.

4.4. Outros conflitos

Além dessas guerras, também foram registrados conflitos nas grandes cidades, como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910), ambas ocorridas no Rio de Janeiro.

- **Revolta da Vacina** - foi uma reação em oposição à vacinação obrigatória imposta por lei, sob os cuidados de Oswaldo Cruz, contra a varíola. As pessoas alegavam falta de informações a respeito da vacina e essa falta de conhecimento, aliada a problemas de moradia e alto custo de vida, foram fundamentais para que a população fosse às ruas para protestar. Os protestos foram reprimidos pelo então presidente Rodrigues Alves. O exército foi para as ruas e, após o decreto de Estado de Sítio, a situação foi controlada.



A Revolta da Vacina inspirou novelas, minisséries e até ópera. A obra “O Cientista”, do maestro brasileiro Sílvio Barbato, conta a vida de Oswaldo Cruz e dedica uma cena inteira ao acontecimento. Na imagem, a charge “Ou vae ou racha!”, do início do século XX, ironiza a vacinação obrigatória do Dr. Seringa (Oswaldo Cruz), que na gravura pisa na Constituição

Foto: Acervo Fundação Oswaldo Cruz.

- **Revolta da Chibata** - ocorreu em embarcações da Marinha que estavam atracadas na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Organizada pelos marinheiros e liderada por João Cândido Felisberto, foi motivada pela insatisfação dos soldados em relação aos castigos físicos abusivos (chibatadas), baixos salários e péssimas condições de trabalho. O gatilho para o início da revolta foram as 250 chibatadas que o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes levou como punição e, assim, os brasileiros acordaram no dia 23 de novembro de 1910 com a informação de que os navios da Marinha estavam atacando a cidade do Rio de Janeiro. Uma questão importante sobre a Revolta da Chibata precisa ser esclarecida. Como soldados da Marinha brasileira eram tratados dessa forma? Isso ocorria porque os soldados, em geral, vinham de famílias pobres e negras. Assim, é considerada pelos historiadores também como uma revolta contra as desigualdades social e racial existentes tanto na Marinha como na sociedade como um todo.

➡ A música *O Mestre-Sala dos Mares*, composta por João Bosco e Aldir Blanc, em 1975, foi feita em homenagem ao líder da Revolta da Chibata, João Cândido Felisberto. A letra foi censurada pelo regime militar. Atualmente, existe uma estátua de João Cândido na Praça XV, no Rio de Janeiro.

A Revolta dos 18 do **Forte de Copacabana**, os **Levantes de 1924**, a **Coluna Prestes** e a **Comuna de Manaus** foram os principais movimentos tenentistas da Primeira República. Iniciados na década de 1920, contribuíram para a desestabilização da ordem política existente.

Forte de Copacabana: Mais uma revolta ocorrida no Rio de Janeiro. Esta foi a primeira do movimento tenentista e tinha como objetivo a derrocada do governo vigente. Eram contra as oligarquias e a República Velha e queriam recuperar a honra dos militares. Esta revolta terminou com uma marcha, pela Avenida Atlântica, feita por 17 militares e um civil em direção às tropas do governo. Infelizmente, apenas dois oficiais sobreviveram a este conflito: Siqueira Campos e Eduardo Gomes.



Levantes de 1924: comandado pelo general Isidoro Dias Lopes, ocorreu em São Paulo e ocupou as estações do Brás, da Luz e da Estrada de Ferro Sorocabana. Outros pontos importantes da cidade de São Paulo também foram ocupados. O principal objetivo do movimento era destituir o presidente Arthur Bernardes, além de buscar reformas no ensino público, voto secreto, concessão de poder político ao exército e fim da corrupção. Este movimento deu origem a Coluna Prestes.



Coluna Prestes: é considerada o maior movimento tenentista da Primeira República e, como os movimentos anteriores, lutava pelo fim da República Velha. A união dos oficiais Luís Carlos Prestes e Miguel Costa deu origem a Coluna Costa-Prestes que lutou, no interior do país, contra as tropas do presidente Arthur Bernardes por mais de dois anos.



Comuna de Manaus: como o próprio nome sugere, aconteceu em Manaus, em 1924. Ela foi a terceira revolta tenentista. As razões para sua ocorrência foram similares às revoltas anteriores. Entretanto, em Manaus acrescentaram-se os problemas sociais e econômicos relacionados ao fim do ciclo da borracha.



De forma geral, as propostas políticas dos tenentes estavam associadas ao nacionalismo e à centralização política. Eles eram contra o domínio político de São Paulo e Minas Gerais e lutavam para o fim das oligarquias. Os tenentistas eram a favor, principalmente, do voto secreto, de um Estado mais forte e da independência do Poder Judiciário.

UNIDADE 2:

Era Vargas ou Nova República (1930 - 1945)

1. INTRODUÇÃO

O período da história denominado de Era Vargas (15 anos de governo ininterruptos) apresentou características especiais com inúmeras transformações, tanto sociais quanto econômicas, na economia brasileira. A subida de Getúlio Vargas ao poder foi resultado direto da Revolução de 1930, que destituiu Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, que tinha vencido as eleições. Este período também foi extremamente importante para a evolução da administração pública no Brasil.

Sobre a Revolução de 1930, Vargas contou à Revista do Globo que sua filha só soube da Revolução dois dias antes dela acontecer e afirmou: “Em 1930, preparando a Revolução, fui obrigado a fazer um jogo duplo: de dia mantinha a ordem para o governo federal e à noite introduzia os conspiradores no Palácio (Piratini)”. Em setembro de 1930, o comando revolucionário determinou que a revolução começaria às 17 horas, em 3 de outubro.

O populismo e a concentração do poder no Executivo foram os atributos principais do governo Vargas. A Igreja também foi alvo de suas ações. A consagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil foi uma ação importante que aproximava, cada vez mais, Vargas da Igreja Católica.



O Cristo Redentor foi inaugurado em 12 de outubro de 1931 e foi uma maneira de Getúlio Vargas se aproximar da igreja

Foto: Museu da Imagem e do Som/RJ

É interessante observar aqui que, na República Velha, os funcionários públicos que existiam eram nomeados e demitidos pelos coronéis. Getúlio mudou isso em seu governo, mas, é lógico, que sem extinguir completamente o clientelismo; a estabilidade e o concurso foram estabelecidos nas carreiras públicas para servidores.

Além disso, novas carreiras foram criadas, expandindo o mercado de trabalho e dando oportunidade para que intelectuais e técnicos pudessem participar, via concurso, do governo. Isso foi feito nos moldes weberianos, ou seja, com a profissionalização, controle e padronização

de procedimentos do serviço público. O DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) foi criado para gerenciar esse processo.

Para Getúlio, o Estado deveria promover a industrialização do país. As indústrias de bases (siderurgia) eram as suas favoritas. Então, sua estratégia culminou na criação das Companhias Siderúrgica Nacional (CSN) e da Vale do Rio Doce.

A Era Vargas foi subdividida em três fases: Governo Provisório, Governo Constitucional ou Presidencial e Estado Novo. A seguir, estas fases são detalhadas.

2. GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

Era de conhecimento de Getúlio Vargas a sua pequena chance de vencer a eleição quando disputou com Júlio Prestes. A política do café com leite, da qual ele não fazia parte, conservava extrema ligação com grandes proprietários de terras, e São Paulo e Minas Gerais sempre iriam se revezar no poder. Quando seu vice, João Pessoa, foi assassinado, teve um motivo real para liderar um golpe e depôs Washington Luís (1869-1957). Quando fez isso, acabou com a **Política dos Governadores**, em que Minas e São Paulo se revezavam no poder.

Política dos Governadores: foi um acordo político firmado durante o período da República Velha (1889-1930). O intuito era unir os interesses dos políticos locais marcado pelas oligarquias estatais da época, juntamente com o governo federal, para assim, garantir o controle do poder político.



Assim, o governo provisório se iniciou com a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, utilizando-se de um golpe militar para tomar posse como presidente, em 3 de novembro de 1930. Júlio Prestes venceu oficialmente as eleições presidenciais de 1930. Contudo, a oposição não aceitou a derrota de Getúlio Vargas e iniciou a Revolução. Esta Revolução tinha como líderes Getúlio Vargas, o ex-presidente de Minas Geras, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, e os tenentes.



Revolução de 1930: Getúlio Vargas assumiu a chefia do “Governo Provisório” em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha

Foto: CPDOC/FGV.

Destaca-se aqui que esta revolução não enfrentou resistência importante, já que existia grande aversão à Velha República, e, com a **crise de 1929**, tinham-se as condições políticas necessárias para a vitória de Vargas. Após a sua vitória, a Primeira República chegou ao seu fim.



Crise de 1929: atingiu os Estados Unidos e se espalhou pelo mundo capitalista, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. Este período de recessão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do Produto Interno Bruto, com grande queda na produção industrial, no preço das ações, e em praticamente todos os indicadores de atividade econômica, em diversos países no mundo.



Com o início do governo provisório, várias medidas foram tomadas. A suspensão da Constituição de 1891; o fechamento do Congresso e do Senado; a destituição dos antigos presidentes de províncias (governadores); a criação e organização dos ministérios da Educação (torna o ensino primário obrigatório), Cultura e Saúde, bem como a organização dos ministérios do Trabalho, da Indústria e do Comércio; fim da liberdade sindical; e investimento nas indústrias como forma de gerar emprego podem ser citadas como exemplos.

Com a destituição dos presidentes das províncias, Vargas precisava preencher as vagas e, então, escolheu colocar interventores. Estes interventores eram os tenentes que tinham participado da Revolução de 30. Este fato levou a uma grande insatisfação e o estado de São Paulo se revoltou contra o governo. Esse episódio foi denominado de Revolução de 1932: foi o primeiro grande levante contra a administração de Getúlio Vargas. Também o último grande conflito armado ocorrido no Brasil.

A Revolução de 1932 foi consequência da campanha constitucionalista iniciada em 1931, que sofreu várias críticas. Vargas procurou conter as críticas estabelecendo uma comissão encarregada de organizar o novo Código Eleitoral, publicado em fevereiro de 1932. A boa vontade, entretanto, não garantiu que as críticas diminuíssem. Pelo contrário, formou-se a Frente Única Paulista (FUP), cujos principais lemas eram a autonomia de São Paulo e a constitucionalização do país.

O **estopim da Revolução de 1932** foi a morte de quatro estudantes paulistas em confronto. Após a morte deles, foi criado o movimento MMDC – iniciais dos nomes dos estudantes mortos: Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo.



Estopim da Revolução de 1932: foi apoiada por diversos grupos da sociedade (intelectuais, industriais, estudantes, etc.), tanto na capital quanto no interior do estado de São Paulo, e tinha como principal objetivo destituir Getúlio Vargas do poder. É importante ressaltar que foi um movimento que ficou restrito a São Paulo e, por isso, não durou muito. Ele se iniciou em julho e terminou em outubro de 1932.

A Revolução forçou o governo a redigir a Constituição de 1934, que possibilitou a Vargas permanecer no poder até 1938. Nesta fase, Vargas foi habilidoso em contornar os conflitos entre as elites. Entretanto, é importante salientar que a insatisfação dos setores populares aumentou. Isso pôde ser observado por dois fatos: criação do Partido Comunista Brasileiro e da Intentona Comunista de 1935.



Você sabe o que foi a Intentona Comunista? Pesquise sobre ela.

3. GOVERNO CONSTITUCIONAL OU PRESIDENCIAL (1934-1937)

Getúlio Vargas foi eleito presidente, de forma indireta, em 1934, pois, após um ano de sua vitória na Revolução de 1930, era instituída a Assembleia Nacional Constituinte. Esta Assembleia promulgou a terceira Constituição brasileira e elegeu como presidente o próprio Vargas.

O texto da Constituição de 1934 dizia que as eleições seriam por voto secreto e direto,

a presidência teria mandato de quatro anos e haveria criação de deputados por categoria profissional.

Nesta fase, o cenário político foi marcado pela disputa entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e Aliança Nacional Libertadora (ANL).

- **AIB** - criada em 1932, era um movimento de extrema direita, nacionalista, antisemita e antiliberal. Seus principais líderes eram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Defendiam as ideias do italiano Benito Mussolini (político italiano e líder do Partido Nacional Fascista) e tinham representantes em todo o país. Os desfiles com participantes uniformizados (camisas verdes) eram uma das características marcantes da AIB e mostravam a sua força política.
- **ANL** - criada por Luís Carlos Prestes, Miguel Costa, Agildo Barata, Hercolino Cascardo, João Cabanas, Roberto Sisson e Silo Meireles, que se tornaram seus líderes. A organização surgiu oficialmente em março de 1935 e o combate ao fascismo e ao imperialismo eram seus principais objetivos.

A ANL e a AIB dominavam o cenário político brasileiro, levando a várias disputas pelo país. Um exemplo importante foi a Revolta de Natal, em novembro de 1935, deflagrada por sargentos, cabos e soldados. O governo reprimiu o que ficou conhecido por levante comunista e, entre o fim de 1935 e início de 1936, foram comuns as prisões de civis e militares contrários à política de Vargas.

Vargas usou as revoltas que vinham ocorrendo como desculpa para decretar estado de guerra, em março de 1936. No seu discurso, dizia que estava protegendo o país contra o comunismo (criou, em 1936, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo). O estado de guerra vigorou até 1937, com grande repressão e fragilidade das liberdades individuais dos cidadãos.

A ameaça comunista justificou várias ações tomadas pelo governo Vargas. A criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e o golpe que instituiu o Estado Novo, em 1937, foram os exemplos mais famosos.

4. ESTADO NOVO (1937-1945)

Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, implementou o Estado Novo com o principal objetivo de criar uma identidade nacional. Essa fase foi marcada pelo fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e câmaras municipais; pela dissolução dos partidos políticos, e pela forma ditatorial de governar.

A constituição de 1934 proibia a reeleição de Getúlio e, por isso, ele articulou toda a ameaça comunista. Isso fez com que ele tivesse apoio popular e, em 1937, Vargas anunciou a nova Constituição, que apresentava inspiração fascista. Isso aumentou a insatisfação da população.

Na esfera política, nomeou interventores para os estados e, do ponto de vista econômico, priorizou investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento industrial.

Após a deposição de Vargas em 1945, foi convocada, em 1946, nova Assembleia Constituinte, gerando a Constituição de 1946, com caráter mais democrático.



Para saber mais sobre a reforma do Estado na Era Vargas, leia o artigo A Reforma do Estado, disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-construcao-do-estado-nacional>



BRINCANDO COM A ERA VARGAS

Leia a música abaixo e identifique os personagens ao qual ela se refere.

Quem é o Tal?

Ubirajara Nesdan e Afonso Teixeira (1942)

Intérprete: João Petra de Barros

[...] Quem é que usa cabelinho na testa
E um bigodinho que parece mosca?
Só cumprimenta levantando o braço,
Ê, ê, ê, ê, palhaço!

Quem tem um G que representa a Glória?
Quem tem um V que ficará na história
Com seu sorriso que nos dá prazer?
Ê, ê, ê, ê, vitória!
[...]

UNIDADE 3:

República Populista (1945-1964)

1. INTRODUÇÃO

A República Populista iniciou-se com o governo de Gaspar Dutra, ex-ministro de Guerra do governo de Getúlio Vargas, em 1946, permanecendo por mais de 20 anos. Seu término ocorreu em 1964 com o Golpe Militar, tendo como último presidente João Goulart. Seu início pode ser relacionado com o desgaste do Estado Novo, regime ditatorial imposto por Vargas, em 1937.

A denominação “populista” veio da busca dos governos pela simpatia e confiança da população. Jânio Quadros, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek podem ser citados como importantes exemplos. Nesta fase, paralelamente ao fato dos projetos e de os políticos carismáticos conquistarem a população, o país começava a ser assombrado pelos fantasmas da inflação e do desemprego.

Foi um período com muitos problemas, como a crescente desigualdade social, e, marcado pela política desenvolvimentista do Brasil, estava longe de ser um Estado de bem-estar social.

Como você perceberá ao longo do texto, a despeito das críticas e dos problemas ocorridos, Vargas iniciou a reestruturação do Estado brasileiro e, para alguns historiadores, foi o período que ocorreu, de fato, a industrialização.

2. QUAIS PRESIDENTES GOVERNARAM NESTA ÉPOCA?

Governaram o Brasil nesta época: José Linhares (1945-1946); Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); Getúlio Vargas (1951-1954); João Fernandes Café Filho (1954-1955); Carlos Coimbra da Luz (1955); Nereu de Oliveira Ramos (1955-1956); Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960); Jânio da Silva Quadros (1961); Ranieri Mazzili (1961); e João Belchior Marques Goulart (1961-1964).

- **José Linhares**

José Linhares foi declarado ministro do Supremo Tribunal Federal em dezembro de 1937. Foi presidente, de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, por convocação das Forças Armadas, após a derrubada de Getúlio Vargas. Como não havia vice-presidente no Estado Novo e o Congresso já estava fechado há mais de sete anos, Linhares era o primeiro da linha sucessória.

José Linhares garantiu a concretização das eleições, as mais livres até então. No que se refere à sua administração, criou o Fundo Rodoviário Nacional, que existiu até 1998, financiando os estados na construção de rodovias. Seu governo ficou conhecido também pelas nomeações de parentes a cargos públicos, o que lhe concedeu o apelido de “José Milhares”, pela quantidade de parentes que empregou.

- **Eurico Gaspar Dutra**

Após Linhares, veio o governo de Eurico Gaspar Dutra, que iniciou seu trabalho na presidência em janeiro de 1946. Seu governo estabeleceu uma política conservadora, pois, logo de início, proibiu a existência do Partido Comunista.

Ele promulgou a Constituição de 1946, que substituiu a outorgada por Getúlio Vargas em

1937. A nova Carta Magna garantiu as liberdades individuais e extinguiu a pena de morte.



Na esfera econômica, optou-se pelo arrocho salarial, construção de rodovias e queima das reservas cambiais acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial. Especialmente no que diz respeito às reservas, Dutra optou por utilizá-las para conter a inflação e satisfazer as demandas por importação que cresciam substancialmente.

Neste governo, foi instituído o plano SALTE, um dos seus feitos mais importantes, com o objetivo de trazer melhorias nas áreas de Saúde, Alimentação, Trabalho e Energia. No entanto, o projeto não conseguiu financiamento e não foi efetivado.

No que se refere às relações internacionais, Dutra promoveu uma aproximação significativa com os Estados Unidos. Este país teve uma grande importância na política externa, o que solidificou as exportações e o intercâmbio cultural entre Brasil e Estados Unidos.

- **Getúlio Vargas**

A República Populista também teve Vargas como presidente. Ele ganhou as eleições pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), em 1950, e garantiu, agora de maneira democrática, a sua entrada na presidência da República.

É importante salientar que o governo de Vargas se iniciou em um contexto diferente dos anteriores, pois o mundo passava pela polarização da **Guerra Fria** e a política estava bem dividida em quem apoiava os Estados Unidos e a União Soviética. Foi um governo que sofreu com sérios problemas sociais, políticos e econômicos.



Guerra Fria: A polarização do mundo entre capitalismo e comunismo foi uma das grandes consequências da Guerra Fria. Esta foi uma luta, ocorrida entre os anos de 1947 e 1991, encadeada pelos Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS).

A política nacionalista, que passou pela criação de estatais, como a Petrobrás, foi incentivada. Ela foi apoiada pelas classes populares, por setores da burguesia, pelos grupos políticos de esquerda e por parte do exército. Entretanto, a oposição, liderada pelo jornalista Carlos Lacerda (principal porta-voz da União Democrática Nacional - **UDN**), culpava os indivíduos associados ao governo de corrupção. Vargas era acusado também de querer instalar no Brasil uma República Sindicalista (regime semelhante ao que Juan Domingo Perón havia instalado na Argentina).



UDN: Partido político brasileiro de orientação conservadora e contra Getúlio Vargas. Foi fundado em 1945, com ideais de liberalismo e moralidade.



No seu governo, Vargas aumentou o salário-mínimo em 100% e isso deixou os empresários e setores conservadores muito descontentes. Mesmo com o aumento salarial, os trabalhadores também aumentavam sua insatisfação, pois o custo de vida havia aumentado consideravelmente. Com o aumento das insatisfações de todos os lados, os militares ordenaram, em agosto de 1954, que Vargas renunciasse.

Ainda em agosto de 1954, o opositor Carlos Lacerda sofreu um atentado em frente à sua casa, com a morte de seu guarda-costas. A partir daí, tem-se uma investigação em que o chefe da guarda pessoal do presidente (Gregório Fortunato) foi acusado como cérebro do crime. Aproveitando a situação, a oposição pediu a renúncia de Getúlio Vargas. Sob pressão, Vargas declarou que só deixaria o Palácio do Catete morto e, assim, suicidou-se em 24 de agosto de 1954. Café Filho

assumiu a presidência, pois era vice de Vargas, e foi o 18º presidente do Brasil.

- **Café Filho**

O populismo de Vargas ficou evidente quando ele faleceu. Para diminuir as consequências do efeito da carta-testamento de Vargas, Café Filho reafirmou, no primeiro pronunciamento como presidente, o compromisso com os mais “humildes”. Este termo foi utilizado por Vargas na sua carta. Entretanto, recomendou para as pastas ministeriais, em sua maioria, políticos da União Democrática Nacional (oposição ao governo Vargas).

O governo de Café Filho enfrentava problemas para formar sua base parlamentar. Então, foi buscar apoio com os presidentes da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, e do Senado, Nereu Ramos. Relatou que pretendia estabilizar a economia do país e governar até a efetivação do próximo pleito eleitoral. É importante salientar aqui que Café Filho adoeceu antes das eleições, que ocorreram em 3 de outubro, com a vitória de Juscelino Kubitschek, e as disputas políticas nos partidos e nos meios militares geraram crise sucessória no comando da República.

- **Carlos Luz**

Com a doença de Café Filho, Carlos Luz deveria ser o sucessor natural para a presidência até a posse de Juscelino, pois era presidente da Câmara dos Deputados. No entanto, os militares articulados no **Movimento 11 de Novembro** o afastaram da presidência que durou de 8 a 11 de novembro de 1955. Com o apoio do PSD (Partido Social Democrata), foi declarado o *impeachment* de Carlos Luz no Congresso Nacional. Ele era acusado de conspiração para não entregar o poder ao presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

Movimento de 11 de Novembro: conhecido como Contragolpe ou Golpe Preventivo do Marechal Lott, foi um acontecimento político-militar registrado na história brasileira destinado a assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, presidente e vice eleitos em 1955.



O Movimento de 11 de Novembro, comandado pelo Marechal Henrique Lott, queria assegurar a posse presidencial de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, na presidência e vice-presidência da República. Para isso, o poder foi dado ao presidente do Senado, Nereu Ramos, que governou até a posse de Juscelino.

Nesse ínterim, Café Filho pretendia retornar à presidência quando a saúde estivesse reestabelecida. Entretanto, os militares o impediram e Juscelino Kubitschek (JK) tomou posse em 31 de janeiro de 1956.

- **Juscelino Kubitschek**

O governo de JK foi marcado pela criação de uma agenda progressista baseada no Plano de Metas (com o lema “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”). Este plano definia os principais objetivos a serem atingidos, agrupados em cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação.

No que se refere ao transporte, o rodoviário foi o escolhido, já que o petróleo era barato. Neste contexto, 20 mil quilômetros de estradas foram construídos, utilizando-se, em sua maioria, capital nacional privado. A produção de petróleo cresceu de dois milhões de barris, em 1955, para 30 milhões, em 1960.

No setor de bens de consumo duráveis, foram instaladas inúmeras fábricas de automóveis e caminhões, como Mercedes Benz, Volkswagen, Willis Overland, General Motors e Ford.



O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu em média 8% ao ano. Além disso, a taxa per capita aumentou num ritmo quatro vezes maior que o restante da América Latina. Este cenário de otimismo era incentivado pela construção de Brasília e pela conquista da Copa do Mundo em 1958. Por isso, o governo de JK é sempre lembrado como “os anos dourados” na história brasileira.



Imagem da construção de Brasília

Foto: Arquivo Público/Iphan.

Além do crescimento econômico, o governo de JK foi marcado, também, por significativa mudança na estrutura produtiva do país. No fim deste governo, o setor industrial aumentou sua participação na economia (era de 25,6% passando para 32,2%) e o setor agropecuário perdeu espaço, saindo de 23,5% para 17,8% do PIB. Este cenário deixou claro que o Brasil, durante o governo JK, passou por um forte processo de industrialização.

A **Escola Cepalina** teve grande influência no governo JK. O modelo de industrialização via substituição de importações, com financiamento externo e forte presença do setor público, foi escolhido para dar sustentação ao processo industrial brasileiro.



Escola Cepalina: a Teoria Cepalina é aquela que se dedica ao desenvolvimento econômico e agregados macroeconômicos. Poupança, investimento, progresso técnico e renda nacional são temas extremamente importantes para esta teoria. Para mais informações a respeito dos estudos cepalinos, consulte Celso Furtado, principal autor dessa teoria (FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967). São Paulo, Abril Cultural, 1983).

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em julho de 1955, tinha proposta nacional-desenvolvimentista (órgão que mais incorporou ideias cepalinas) e, normalmente, o governo incorporava suas propostas. Uma delas foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em dezembro de 1959.

É importante salientar aqui que JK utilizou muito capital estrangeiro para modernizar o Brasil e vários setores tiveram aumento significativo na participação de empresas multinacionais. Setores, como de produtos químicos, elétrico, cigarros, etc., podem ser citados como exemplos. Este cenário levou ao aumento da inflação que, no final do governo, chegava a 25% ao ano.

O aumento das dívidas interna e externa preocupava os credores externos, o que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a exigir do governo a utilização de uma política recessiva, com diminuição das emissões de títulos da dívida pública, para que o Brasil pudesse receber novos empréstimos.

Após o término de seu mandato, os problemas econômicos e sociais não cessaram, pois o custo de vida elevado e a inflação geraram tensões sociais, como greves. Estes problemas seriam herdados pelo próximo governo.

A canção Peixe-Vivo, do folclore mineiro e gravada por Milton Nascimento, era uma das músicas preferidas de JK. Tanto é que foi tocada no seu enterro. Outra curiosidade interessante era que ele tinha o hábito de tirar os sapatos em reuniões.

- **Jânio Quadros**

Jânio Quadros teve apoio da UDN e foi eleito presidente, com seu vice João Goulart, em 1961. A chapa era denominada de “Jan-Jan”.

Quando Jânio assumiu, a crise tomava conta do país, já que o governo de Juscelino Kubitschek deixou a economia desestruturada, com problemas sérios de inflação e grande dívida externa. Com o objetivo de solucionar os problemas existentes e equilibrar a economia, o governo congelou os salários, desvalorizou a moeda nacional e restringiu o acesso de fundos de crédito.



A vassoura foi o elemento símbolo da campanha presidencial de Jânio Quadros, pois ele pretendia “varrer” a corrupção do país. O jingle “varre, varre vassourinha/varre a bandalheira” tornou-se um sucesso na época

Foto: Reprodução/Senado Federal.

No panorama externo, a Guerra Fria (Estados Unidos – capitalista - e a União Soviética – socialista - eram os líderes desta polarização) afetava todas as nações do mundo. Jânio ficou neutro, apesar de ter sido eleito pela UDN, que tinha simpatia pelos Estados Unidos.

Jânio foi um presidente bastante controverso. Ao passo que era considerado conservador e anticomunista, internamente criou a Comissão Amaral Peixoto, que defendia maior descentralização administrativa, mas na sua política externa fez parcerias com nações socialistas, como Cuba, China e União Soviética. Embora tivesse características autoritárias, ajudou na consolidação do regime democrático brasileiro. Simultaneamente a isso, proibiu do uso de biquínis nas praias, suspendeu as rinhas de galo e embargou o uso de lança perfume.

Você já ouviu falar da Comissão Amaral Peixoto? Pesquise sobre ela e questione se ela efetivamente contribuiu para a Reforma do Estado Brasileiro.

Estes acontecimentos deixaram muita gente descontente e, após perder apoio dos militares e com a pressão de Carlos Lacerda, líder da UDN, Jânio renunciou em agosto de 1961 e o cargo foi passado para João Goulart, seu vice. Como João Goulart estava em viagem à China, Ranieri Mazzili assumiu após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, e governou até 7 de setembro de 1961.

Jânio escreveu uma carta ao Congresso Nacional, justificando sua renúncia. A seguir, alguns de seus trechos:

“Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria.”

- **João Goulart**

João Goulart, cujo apelido era Jango, foi eleito, primeiramente, como vice de Juscelino Kubitschek, em 1955. Depois, foi eleito como vice de Jânio Quadros, em 1960. Com a renúncia de Quadros, ele chegou à presidência em setembro de 1961, encarando a oposição da UDN e dos militares.

A promulgação da Emenda Constitucional n.º 4 (instituição do Sistema Parlamentarista) foi a saída para a crise política. A emenda limitava o poder do presidente e Jango conseguiu tomar posse. O parlamentarismo durou até janeiro de 1963, quando um plebiscito pôs fim ao curto período parlamentarista republicano.

O governo não tinha apoio dos militares, mas tinha apoio popular. A classe operária, os sindicatos e os estudantes podem ser citados como exemplos.



O contexto ao qual assumiu a presidência era extremamente desfavorável. O país era assolado por crises econômica e política. Para resolver estas crises, Jango tinha um plano: queria transformar o país, renovando a constituição e propondo as reformas de base, nos setores educacional, fiscal, político e agrário. Seu desejo era aprovar as reformas agrária, tributária, eleitoral e universitária, dentre outras.

Com a oposição crescente ao governo, em março de 1964, ocorreu o “Golpe de 64”, liderado pelos militares e pelos políticos conservadores, sob a justificativa de o governo ser comunista. A partir daí, iniciou-se o Regime Militar.

Para saber mais sobre o governo João Goulart consulte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/democracia-de-massas>



UNIDADE 4:

Regime Militar (1964-1985)

1. INTRODUÇÃO

O problema financeiro do setor público durante o governo JK foi um dos fatores que mais contribuíram para a crise econômica vivenciada nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Aliada à crise econômica, a instabilidade política destes dois últimos governos formou o cenário ideal para o “Golpe de 1964”, que instituiu o Regime Militar.

Nesse regime, o modelo político almejava dar forças ao Poder Executivo. Foram 17 atos institucionais e cerca de mil leis excepcionais impostas à população brasileira. Os antigos partidos políticos foram fechados e passou a vigorar o bipartidarismo (Aliança Renovadora Nacional – Arena -, que apoiava o governo; e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB -, representando os opositores, mas sua atuação era limitada), por meio do Ato Institucional n.º 2.

Salienta-se que os atos institucionais, que na prática destruíram o Estado de Direito e as instituições democráticas, foram promulgados durante os governos dos generais Castelo Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969).

No âmbito econômico, o governo militar buscou recuperar a credibilidade ao capital estrangeiro. Para isso, algumas medidas foram tomadas, como a contenção dos salários e dos direitos trabalhistas; o aumento das tarifas dos serviços públicos; a restrição ao crédito; o corte das despesas do governo e a diminuição da inflação.



A ditadura protegia organizações que pregavam a violência, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Eles sequestravam pessoas, explodiam bombas, etc.



Para conhecer um pouco mais sobre o Regime Militar, consulte o link: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo?busca=%22regime+militar%22&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nltens=30>

Os presidentes desse período foram: Marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967); Arthur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985).

2. O GOVERNO DE CASTELO BRANCO E O PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA – PAEG

O primeiro presidente do regime militar foi Castelo Branco, que deu atenção especial ao ajuste das contas públicas e ao controle da inflação. Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos lideravam a equipe econômica, chefiando os ministérios da Fazenda e do Planejamento, respectivamente.

Para controlar a inflação que chegava a 80%, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) propôs um programa de ajuste fiscal severo, com aumento das receitas e redução das despesas públicas. Além disso, propôs um controle rígido de emissão de moeda (teve **orientação monetarista**). No que se refere aos salários, o plano recomendou reajustes vinculados ao aumento da produtividade.

Orientação monetarista: Monetarismo é uma teoria de economia monetária que enfatiza o papel da política monetária para a estabilidade macroeconômica de uma economia de mercado, por meio de instrumentos, como alteração na oferta de moeda e de outros meios de pagamento.



O que você sabe sobre o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG? Pesquise sobre ele.



2.1. Mudanças

O governo também realizou grandes mudanças estruturais. Os sistemas tributário, financeiro, trabalhista e previdenciário podem ser citados como exemplos.

A seguir, estão listadas as principais medidas adotadas:

1. criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
2. unificação do sistema de Previdência, sob um regime geral, administrado pelo governo federal;
3. criação do Imposto sobre Serviço (ISS);
4. criação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM);
5. criação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
6. permissão do pagamento dos tributos por meio da rede bancária; e
7. criação do Fundo de Participação de Estados e Municípios, para garantir a distribuição, aos estados e municípios, de parte dos tributos arrecadados pela União.

Estas medidas possibilitaram um aumento significativo da arrecadação tributária no país.

A legislação dos Estados Unidos deu suporte à reforma do sistema financeiro, que criou um tipo de instituição para cada tipo de atividade financeira. Nesse sentido, criaram-se os bancos comerciais; o Sistema Financeiro da Habitação; os bancos de investimentos; as sociedades de financiamento, crédito e investimento; as distribuidoras e corretoras de valores; o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil. Este último tinha a função de executar a política monetária e supervisionar o sistema financeiro nacional, substituindo a antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cujo principal representante era o Banco Nacional da Habitação (BNH), nasceu neste governo. O Sistema era composto, além do BNH, pelas caixas econômicas, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo. A principal fonte de recursos do BNH era a receita que vinha de 1% da folha de pagamento dos funcionários com carteira assinada. Entretanto, o governo também incentivava o setor privado a captar recursos externos.



A Lei do Mercado de Capitais, sancionada em julho de 1965, tinha o objetivo de regulamentar e estimular o mercado de capitais. Esta Lei definiu as funções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central na regulação e fiscalização deste mercado.

O governo também instituiu as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Elas foram criadas com o objetivo de estimular a poupança, pois era a partir dela que se poderia ter recursos para os investimentos produtivos e a garantia de arrecadação fiscal.

No que se refere ao setor agrário, o Estatuto da Terra foi aprovado, em novembro de 1964, com o objetivo de regulamentar os direitos e obrigações relativas à propriedade rural para fins de reforma agrária e de execução da política de produção agrícola.

É importante salientar que as reformas estruturais permitiram ajustar as contas públicas, organizar o sistema financeiro, controlar o processo inflacionário e atrair poupança externa e interna. Estas condições foram importantes para a expansão da economia nos governos de Costa e Silva e Médici.



Sob o aspecto econômico, o governo de Castelo Branco foi muito importante, pois definiu as bases para o denominado “Milagre Econômico Brasileiro”. Entretanto, as condições que garantiram toda a repressão política durante o Regime Militar foram também aquelas construídas no governo de Castelo Branco.

O governo interferiu nas organizações sindicais e de estudantes, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado para ajudar na vigilância dos cidadãos e isso possibilitou grande número de prisões daqueles que discordavam do governo. A perseguição fez com que artistas, políticos, militantes e estudantes fossem exilados. O marechal Castelo Branco foi vítima de um acidente aéreo e morreu em 18 de julho de 1967.

3. OS GOVERNOS COSTA E SILVA, MÉDICI E O MILAGRE ECONÔMICO

Em seguida, tem-se o governo de Costa e Silva, eleito em 1966, que continuou a alimentar a repressão aos cidadãos. Seu mandato ficou conhecido como “anos de chumbo”, pois foi um dos períodos mais penosos da ditadura militar com repressões (A “Frente Ampla”, criada em 1966 e liderada por Carlos Lacerda, foi extinta por ser um movimento de repressão), torturas, prisões, mortes e muitos movimentos populares (por exemplo, a *Passeata dos cem mil*, no Rio de Janeiro, ocorreu após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto por um militar e a falta de verba e privatização do ensino).



Foi também no governo de Costa e Silva que se promulgou o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 1968. Este Ato deu plenos poderes ao presidente. Com o AI-5, foram fechados o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais. Ao mesmo tempo, foram cassados os mandatos dos poderes legislativos e executivos, federais, estaduais e municipais. Em adição, foram suspensos os direitos de votar e ser votado nas eleições sindicais, restringiu-se o direito de realizar atividades políticas e instituiu-se a liberdade vigiada para os cidadãos.

Do ponto de vista econômico, Costa e Silva se preocupou em combater a inflação e expandiu as relações econômicas externas. Nesta época, a equipe econômica foi liderada por Delfim Netto, que inseriu o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED). Este Plano tinha origem desenvolvimentista e concedia prioridade à estabilização da inflação e crescimento do PIB. Para incentivar as exportações, foram adotadas diversas minidesvalorizações da moeda nacional e continuou-se a buscar financiamento externo.

Além disso, deu-se ênfase à reforma administrativa. É importante salientar que, já no final do governo Castelo Branco, mas sob autoridade do grupo militar que assumiria o poder nos governos Costa e Silva e Médici, por meio do Decreto-lei n.º 200/67, foi criada a administração indireta. Ela era composta por autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista e fundações e tinham maior autonomia em relação à administração direta.

As estatais foram exaltadas nesta época, pois, como exigiam menos burocracia e a velocidade do crescimento econômica requeriam ações rápidas, era possível agilizar procedimentos financeiros e administrativos. A Telebrás, a Embraer, a Embrapa e a Embratel foram empresas estatais criadas no período.



O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi criado neste governo e tinha como característica principal o fortalecimento da administração indireta, além do caráter desenvolvimentista.

Neste governo também foram ampliados os transportes. O Plano de Integração Nacional, que induziu à construção de rodovias, como Santarém-Cuiabá e Perimetral Norte, da Ferrovia do Aço e da Ponte Rio-Niterói, fazia parte do I PND. Queria-se, com esse plano, ampliar as conexões nacional e internacional. É importante frisar que o período do **Milagre Econômico** se iniciou no governo de Costa e Silva.

Milagre Econômico: Termo que se refere a um considerável aumento do crescimento econômico do Brasil nos governos Costa e Silva e Médici. Este crescimento foi possibilitado por empréstimos internacionais e aumentou, de forma significativa, a dívida externa brasileira.



Costa e Silva, com problemas de saúde, foi afastado de suas funções em 1969, sendo substituído por uma Junta Militar formada pelos ministros general Aurélio de Lira Tavares (do Exército), almirante Augusto Rademaker (da Marinha) e brigadeiro Márcio de Sousa Melo (da Aeronáutica). A Junta Militar indicou, após a doença de Costa e Silva, o nome de Médici para a presidência e este governou de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.



3.1. Governo Médici

Uma das primeiras medidas do seu mandato foi incorporar o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) à Constituição brasileira. O seu governo foi marcado por grande censura e repressão política. A famosa **Guerrilha do Araguaia** foi deflagrada e eliminada neste governo; e a ação revolucionária do MR8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), em conjunto com a ALN (Ação Libertadora Nacional), de sequestrar o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick (considerado o primeiro rapto com fins políticos no país) também foi reprimida por Médici. Nos governos Costa e Silva e Médici, foi registrado o maior número de mortes do Regime Militar.

Guerrilha do Araguaia: ocorrida ao longo do Rio Araguaia, tinha como principal objetivo instaurar um estado de "Guerra Popular" na Região Norte e depois tomar o poder no país. Esta Guerrilha pode ser dividida em três fases. Na primeira, o exército iniciou, sem avisar, o ataque em 12 de abril de 1972 e não foi produtiva para o governo. Na segunda, entre setembro e outubro de 1972, houve mais combates. Apesar do grande aparato militar deslocado para a região, os guerrilheiros continuaram ativos. Foi a terceira campanha que acabou com a guerrilha devido à desproporção de forças usadas para combater os guerrilheiros.



Em termos econômicos, sabe-se que esta fase coincidiu com o Milagre Econômico, que foi financiado com quantidades substanciais de capital estrangeiro. Houve um grande crescimento da economia brasileira. Entretanto, é fato que, juntamente com o crescimento, a concentração de renda aumentou consideravelmente, sendo ainda um dos principais problemas do país. A alternativa de financiar o crescimento por meio da dívida externa se converteu, ao longo do tempo, em um grave problema. O aumento dos juros internacionais e a dependência do Brasil

em relação à importação de petróleo, com preços cada vez maiores, após as crises de 1973 e 1979, fizeram com que o país não conseguisse pagar seus compromissos financeiros externos.

Alguns órgãos foram criados no governo Médici: Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Projeto Rondon podem ser citados como exemplos. Além disso, foram inauguradas a hidrelétrica de Ilha Solteira, a refinaria de Paulínia (SP) e a ponte ligando a cidade do Rio de Janeiro a Niterói.



A Comissão da Verdade revela que, principalmente no governo Médici, agentes públicos eram impedidos de dar esclarecimentos sobre os métodos de tortura e pessoas torturadas a órgãos no país e no exterior.

4. OS GOVERNOS GEISEL E FIGUEIREDO, A DESACELERAÇÃO DO MILAGRE ECONÔMICO E AS CRISES DO PETRÓLEO

Após Médici, tem-se o governo do general Geisel, que era alinhado a setores mais progressistas do exército. Ele foi eleito em 1973 e ocupou o cargo de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.

No âmbito econômico, seu governo deu continuidade ao programa de desenvolvimento econômico dos governos anteriores, inclusive criou o Segundo PND. Este Plano foi feito com foco diferente do primeiro (privilegiava bens de consumo), pois incentivou a geração de energia e a produção de insumos básicos, como alumínio, aço e petróleo. Em adição, deu atenção também à produção de bens de capital. Esta mudança era óbvia, dada as crises do petróleo.

Mesmo diante da grave **crise econômica internacional**, o governo não diminuiu os investimentos e gastos públicos. Este episódio acarretou grandes avanços para a economia brasileira, porém, com custos que levaram ao desequilíbrio das contas públicas e à disparada da dívida externa ("Crescimento Forçado" – este nome foi dado por Antônio Barros de Castro à política econômica do governo, que continuou mantendo um ritmo acelerado de investimentos durante a crise do petróleo, quando deveria ter desacelerado).



Crise econômica internacional: a primeira crise do Petróleo ocorreu em 1973. Com a elevação do preço pelos principais países produtores (Oriente Médio), o mundo enfrentou graves problemas, pois este produto era a principal fonte de energia dos países.

No governo Geisel, o Ato Institucional n.º 5 foi extinto e o crescimento econômico proporcionado pelo Milagre Econômico desacelerou. Para manter a economia aquecida, Geisel e sua equipe, chefiada pelos ministros Mario Henrique Simonsen (Fazenda) e João Paulo dos Reis Velloso (Planejamento) criaram o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que deu prioridade ao investimento em indústria de base e à busca de autonomia na produção de insumos industriais.

No que se refere ao setor energético, ações importantes para diminuir a dependência do petróleo foram tomadas. A prospecção de petróleo em águas marítimas profundas; o Programa Nuclear; o Proálcool; e a construção de hidrelétricas, como Itaipu e Tucuruí, são alguns exemplos. Neste cenário de novos investimentos, com construções de hidrelétricas e de investimentos em insumos industriais, ocorreu forte expansão dos setores siderúrgicos, petroquímicos e de bens de capitais. Foram criadas neste período a Companhia Siderúrgica de Tubarão e a Refinaria do Planalto (Replan).

Pode-se dizer que os incentivos à indústria dados por este governo possibilitaram que os indicadores de crescimento setorial melhorassem consideravelmente. No período de 1974 a

1979, o PIB industrial cresceu 45,5%, contra 26,5% do setor agropecuário.

Dos militares que ocuparam a presidência, Ernesto Geisel foi quem evidenciou ter maior compromisso com a triste memória do período militar. Prova disso foi a doação de seu arquivo pessoal à Fundação Getúlio Vargas (FGV), prometida por ele ainda em vida e formalizada pelas mãos de sua filha, a historiadora Amália Lucy Geisel, em 1998. Quatro anos depois do gesto, chegou às livrarias o Dossiê Geisel, organizado pelos pesquisadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo, da FGV.



4.1. João Baptista Figueiredo

Por fim, tem-se o último presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo. Seu governo foi caracterizado por um processo de abertura política lenta e gradual. Além disso, foi marcado por uma grande crise econômica.

A Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979 e promulgada no seu governo, possibilitou as pessoas que eram perseguidas politicamente retornarem aos empregos e os exilados voltarem ao país.

No governo João Figueiredo, em 1981 e 1983, ocorreram as edições mais famosas do Festival de Águas Claras, o “Woodstock brasileiro”. Um dos eventos de música mais importantes do Brasil e que apresentava críticas veladas ao Regime Militar, contava, entre outros, com artistas que sofreram com a censura e o exílio. De 2020, o documentário *O Barato de Iacanga* conta os bastidores do Festival de Águas Claras, o mais lendário festival alternativo dedicado à música brasileira.



Outra medida tomada por Figueiredo foi garantir a pluralidade partidária. A Arena e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) eram os partidos existentes. Quando Figueiredo possibilitou a criação de novos partidos, várias iniciativas foram concretizadas: o PDS (Partido Democrático Social); o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); o PP (Partido Popular); o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores), por exemplo.

Além da pluralidade partidária, foi aprovado o projeto que garantia o voto direto para governadores e prefeitos, deputados e senadores. É importante lembrar aqui que o voto para presidente ainda continuava indireto.

O governo Figueiredo vivenciou e tentou lidar com a segunda fase da crise do petróleo em 1979. Ela ocorreu como consequência da Revolução Iraniana, que tornou o Irã uma república islâmica teocrática. As revoltas sob a liderança de Ayatollah Khomeini (inimigo declarado dos Estados Unidos) quase zeraram a extração de petróleo no Irã. Se em 1973 o preço do barril durante a crise era de US\$ 12, em 1979, o preço foi a US\$ 39,50. Este contexto afetou o mundo todo e o Brasil, em especial, pelo fato do seu processo de industrialização ter provocado um forte crescimento no consumo de petróleo.

Com o objetivo de diminuir a dependência externa, o governo criou o Proálcool, programa que pretendia buscar alternativas de combustíveis renováveis. Assim, o Brasil passou a ser o único país a ter carros movidos a álcool. Da mesma forma, deu-se continuidade à construção das usinas nucleares em Angra dos Reis/RJ.

Foi no governo Figueiredo que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) foi instituído. Ele seria o banco que daria crédito a empresas brasileiras e financiaria obras públicas.



A crise tomou conta da economia brasileira e os altos índices de inflação e o baixo crescimento do PIB conduziram a uma crescente insatisfação (**aumento de movimentos sociais**) e o Regime Militar perdeu força. Como consequência, tem-se o “Movimento Diretas Já”. Este foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas, entre os anos de 1983 e 1984. A possibilidade de eleições diretas para a presidência da República no Brasil se materializaria com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando a sociedade brasileira.



Aumento de movimentos sociais: a greve de 41 dias dos metalúrgicos (liderados por Luiz Inácio Lula da Silva) da região do ABC (região metropolitana de São Paulo integrada pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano) pode ser citada como exemplo.

Então, a despeito da intensa campanha realizada pela população brasileira, a emenda não foi aprovada e Tancredo Neves foi eleito indiretamente, em 1985. O general João Baptista Figueiredo, totalmente descontente com a situação, se recusou a participar da sucessão e não entregou a faixa ao vice-presidente José Sarney, que chegou ao poder devido à doença e morte do presidente Tancredo Neves.



O povo e o presidente era um programa semanal em que o presidente da República João Figueiredo respondia a cartas enviadas pelos telespectadores para as emissoras e afiliadas da TV Globo.



As transformações feitas pelo Estado brasileiro são consideradas conservadoras por muitos pesquisadores. Temos cidades de projeção internacional, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, mas que são assoladas por problemas estruturais, como pobreza, trânsito, enchentes, entre outros. Problemas esses derivados desse conservadorismo. Você concorda?

UNIDADE 5:

Nova República

1. INTRODUÇÃO

A Nova República, iniciada após um longo regime militar, foi um teste para a organização e manutenção democrática do Brasil. Era necessário eliminar toda a desconfiança e medo que foram criados com o período anterior. Além disso, era fundamental que um país democrático garantisse resultados melhores que os da Ditadura Militar, a fim de que não existissem motivos que pudessem colocar a redemocratização em risco.

A morte de Tancredo Neves e o *impeachment* de Fernando Collor foram importantes provações para o início da “nova democracia”. No ambiente econômico, os pacotes fiscais e monetários geravam insegurança e descrença. No ambiente político, a corrupção prejudicava as políticas que garantiriam melhores condições de vida para a população.

Contudo, a democracia se consolidou e importantes políticas econômicas e sociais foram implementadas: a Constituição de 1988 tornou a República mais cidadã, o Plano Real estabilizou a economia e o Bolsa Família reduziu os níveis de pobreza e extrema pobreza. As políticas públicas ficaram mais evidentes nas plataformas de governo.



Esse período, iniciado em 1985 e que perdura até os dias atuais, passou por episódios marcantes na história do mundo, como a Guerra Fria, as crises financeiras internacionais, atentados terroristas; e momentos nacionais de destaque, como eleições diretas, a crise energética, a primeira mulher presidente, esquemas complexos de corrupção, prisão de ex-presidentes, *impeachments* e outros tantos fatores que marcaram e marcam a República Federativa do Brasil.

2. TANCREDO NEVES, JOSÉ SARNEY E A RETOMADA DA REPÚBLICA (1984-1989)

2.1. As “Diretas Já” e a eleição de Tancredo Neves

A retomada do processo de redemocratização do Brasil teve início com os problemas econômicos da década de 1970, principalmente pela Crise do Petróleo, em 1973, que desacelerou o crescimento econômico do “Milagre Brasileiro” e gerou uma crise de legitimidade do regime vigente. No final dos anos de 1970, o Regime Militar já convivia com a pressão popular por democracia. A Lei da Anistia e o pluripartidarismo (1979) e as eleições diretas para governador (1982) reforçavam o desmanche gradual da Ditadura Militar.

O maior movimento de massas da história do país, o movimento “Diretas Já”, ao longo dos anos de 1983 e 1984, mobilizou milhões de pessoas em diversas cidades brasileiras em favor de eleições diretas para presidente, tendo como símbolo legislativo nacional a proposta de **emenda constitucional Dante de Oliveira** (PEC 05/1983). Apesar de toda a mobilização, a **PEC acabou sendo derrotada**, em abril de 1984, principalmente pela ausência ao plenário da Câmara de quase um quarto dos parlamentares. Contudo, os impactos gerados nesse processo garantiram importantes resultados futuros, com a vitória, em 1985, da chapa oposicionista ao Regime Militar.



Emenda constitucional Dante de Oliveira: recebeu essa denominação devido ao seu proponente, o deputado federal mato-grossense do PMDB, Dante Martins de Oliveira.



PEC acabou sendo derrotada: Para uma emenda constitucional ser aprovada, eram necessários votos favoráveis de dois terços dos parlamentares (320 deputados), para que, aprovada na Câmara, fosse encaminhada para a votação no Senado Federal. O resultado da votação foi: 298 deputados a favor, 65 contrários, 3 abstenções e 113 ausências.

A eleição indireta, via Colégio Eleitoral, de 1985, indicou reviravoltas que confrontaram ideias dentro do próprio partido governista. A indicação, em convenção, do deputado Paulo Maluf como candidato da situação gerou uma debandada de parlamentares governistas, que passaram a apoiar a candidatura de Tancredo Neves (o então governador de Minas Gerais), lançado pelo principal partido de oposição: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O candidato à vice-presidência foi José Sarney, na época senador federal, indicado pela denominada Frente Liberal, grupo dos dissidentes do partido governista, a Arena.



1985: um ano de celebrações antagônicas. À esquerda, a primeira edição do “Rock in Rio” foi a festa da redemocratização, celebrando o fim da ditadura militar (show de Ivan Lins, em 12 de janeiro). À direita, multidão nos arredores do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, velando o corpo de Tancredo Neves, em 23 de abril.

Fotos: Memorial da Democracia - Editora Abril / (1) Jorge Rosemberg; (2) Gladstone Campos.

A vitória de Tancredo Neves e José Sarney, em 15 de janeiro de 1985, elevou a confiança da população ao afastar os militares do poder. Contudo, a doença do presidente eleito, que fora escondida durante o processo eleitoral, tornou-se pública. Na véspera da posse presidencial, em 14 de março de 1985, Tancredo foi internado e os questionamentos entre quem deveria assumir a presidência da República até a posse (o vice, José Sarney, ou o presidente da Câmara, Ulysses

Guimarães) rivalizou novamente a política nacional.

A decisão por José Sarney para assumir interinamente a Presidência da República gerou irritação nos militares e aliados. Diante disso, João Figueiredo se recusou a realizar a tradicional passagem da faixa presidencial para Sarney e deixou o Palácio do Planalto pela garagem.

Em pouco mais de um mês hospitalizado, o presidente eleito ficava cada vez mais debilitado. Após complicações cirúrgicas, Tancredo Neves faleceu aos 75 anos, em 21 de abril de 1985. Diante dos fatos, Sarney assumiu o cargo como titular, iniciando o período conhecido como Nova República.

Apesar do fim do Regime Militar, suas heranças eram encontradas na economia e na sociedade, pelo endividamento externo, da superinflação e de grande disparidade social. Assim, o novo governo precisava concentrar suas forças em planos nacionais de estabilização econômica e mudanças que reforçassem ainda mais o processo democrático nacional.

Uma das novelas de maior sucesso da TV brasileira, Roque Santeiro foi proibida pela censura do Regime Militar por dez anos. Somente em 1985, a novela de Dias Gomes e Aguinaldo Silva foi ao ar, em horário nobre, na Rede Globo. A narrativa contava o estilo de vida e valores da época e os artifícios dos políticos locais para se manterem no poder. Também em 1985, foi criado o Ministério da Cultura, depois de anos de negligência e censura.

2.2. Os planos de estabilização econômica

A economia brasileira estava passando por um período de crescimento econômico nos anos 1984 e 1985, mas a inflação não cessava e a política econômica do governo Sarney encontrara sua prioridade. A correção monetária, introduzida no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) dos governos militares, gerou a necessidade de promover a desindexação da economia brasileira. O que se buscava era como proceder diante dessa questão inflacionária.

Em fevereiro de 1986, com a inflação média de 15% ao mês, a equipe econômica do governo, liderada pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro, implementou o Plano Cruzado. Esse plano propunha, entre outros pontos, a criação de uma nova moeda – o Cruzado – em substituição ao Cruzeiro, o congelamento de salários e preços de produtos por um ano e a instituição de um gatilho salarial, em que um reajuste nos salários ocorreria toda vez que a inflação atingisse 20%.

O sucesso inicial do Plano Cruzado ampliou o poder de compra da população que, consequentemente, alavancou a atividade econômica do país por meio do consumo. Houve crescimento econômico e ganho salarial. Isso fez com que os consumidores fiscalizassem o comércio varejista a fim de que o controle de preços fosse respeitado, cunhando o termo “fiscais do Sarney”.

Contudo, o aquecimento da demanda, a dificuldade de ampliação da produção (capacidade produtiva) e importação (política comercial) de bens e a resistência dos produtores ao congelamento dos preços minaram rapidamente o sucesso inicial do Plano Cruzado, gerando desabastecimento.

A imposição do ágio por parte de alguns comerciantes passou a ser comum; ou seja, bastava o pagamento de um valor adicional para que produtos aparentemente esgotados fossem adquiridos. O governo tentou de tudo para manter o pacote proposto pelo Plano Cruzado –por exemplo, isenção de impostos em alguns produtos, subsídios, importação de bens faltantes, fiscalização e confiscos de produtos retidos pelos produtores –, mas o fracasso já havia ocorrido.



Você já ouviu falar do Cruzadinho? Pesquise sobre esse pacote fiscal que buscava dar sobrevida ao Plano Cruzado.

Após as eleições estaduais, em novembro de 1986, que sagraram o PMDB como o grande vitorioso, o governo federal criou o Plano Cruzado II, com o objetivo de melhorar as contas públicas, destruídas pelas medidas anteriormente tomadas. O Cruzado II propunha descongelamento parcial dos preços, livre negociação de aluguéis, redefinição dos cálculos de inflação e aumento de impostos e tarifas.



Não demorou muito para o plano B (ou melhor II) também fracassar. A indexação dos preços retornou e a inflação voltou a atingir patamares de dois dígitos ao mês. Além disso, houve estagnação econômica, queda de reservas cambiais e das exportações, aumento do déficit público e a “moratória” (impossibilidade de pagar os juros da dívida externa). O Plano Cruzado II terminou com a demissão do ministro Dílson Funaro e a descrença da população.

Em meados de 1987, o novo ministro da Fazenda, o economista Bresser Pereira, implementou o Plano Bresser, que tentava adaptar e corrigir algumas políticas testadas em planos anteriores, como: congelamento dos preços e dos salários por três meses, a desvalorização do câmbio, elevação dos juros, aumento de tarifas e impostos e suspensão da moratória.

Assim como seu antecessor, o Plano Bresser teve vida curta, o que gerou, no início de 1988, o pedido de demissão de seu criador e a indicação de Maílson da Nóbrega como novo ministro da Fazenda. A inflação não reduziu, o déficit público aumentou e a popularidade que o governo ainda tinha se foi junto com o Plano.

A nova equipe econômica tentava solucionar os problemas socioeconômicos por meio de políticas pontuais, mas de nada resolvia. Assim, em janeiro de 1989, um novo plano econômico, incluindo uma nova reforma monetária, foi oficializado: o Plano Verão. O pacote econômico previa a criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo; o congelamento do câmbio, dos salários e dos preços; a abertura do mercado ao capital estrangeiro; e o corte de gastos do governo.



A história se repetiu, a inflação virou hiperinflação (80% ao mês), as contas públicas não foram controladas, a taxa de juros se elevou e o Plano Verão fracassou. O governo Sarney terminou em 1989 com lições importantes no âmbito da economia e da democracia, aspectos de “o que fazer” e “o que não fazer”.

2.3. A Constituição de 1988

O processo de redemocratização no Brasil necessitava de uma nova constituição, que instituiria um novo ordenamento para a República Federativa do Brasil. Assim, em novembro de 1986, foram eleitos os parlamentares (deputados e senadores) para a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela redação da sétima constituição brasileira.

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte iniciaram-se em fevereiro de 1987 e contaram com a participação de diversos setores da sociedade, embates políticos e lobbies de empresários, sindicalistas e ativistas.

Em 5 de outubro de 1988, após 20 meses de Assembleia Constituinte, a nova Constituição Federal do Brasil foi promulgada pelo então presidente do Congresso Nacional, deputado Ulysses Guimarães. Ela foi considerada uma das mais abrangentes e democráticas do mundo e, inclusive, recebendo a denominação de “Constituição Cidadã”.

A Constituição de 1988 definiu:

- novas relações de trabalho (jornada de trabalho e salários; direito a greve; aposentadoria; liberdade sindical; e licença-maternidade);
- novas regras eleitorais (eleições diretas; voto facultativo aos analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e maiores de 70 anos; possibilidade de segundo turno, legalização dos partidos políticos);
- criminalização do racismo e da tortura;
- fim da censura e defesa da liberdade de expressão;
- igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres;
- intervenção do Estado na economia;
- proteção ao meio ambiente, aos indígenas e quilombolas;
- assistência social para a população;
- democracia liberal, com separação dos três poderes;
- a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), e
- previsão de plebiscito para definição da forma de governo (monarquia ou república, presidencialismo ou parlamentarismo).

Por meio das regras da Constituição Cidadã, a eleição direta foi convocada e realizada em dois turnos (novembro e dezembro de 1989), findando o mandato do primeiro presidente da Nova República e iniciando um governo repleto de contrastes, reviravoltas e fatos marcantes.

As questões ambientais, principalmente da Amazônia, já estavam evidenciadas no final da década de 1980. Um dos principais nomes na defesa da Amazônia, reconhecido internacionalmente, foi o seringueiro, ativista e ambientalista Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes. Aos 44 anos, Chico Mendes, foi assassinado a tiros em Xapuri (AC), na frente de sua casa e da família, por fazendeiros da região incomodados por seu ativismo e pela repercussão de suas denúncias.

3. ELEIÇÕES DIRETAS, IMPEDIMENTO E ESTABILIZAÇÃO: O GOVERNO COLLOR/ITAMAR (1990-1994)

Após uma eleição com 22 candidatos à Presidência da República, o primeiro pleito presidencial direto, após quase três décadas, foi decidido em segundo turno. Em 17 de dezembro de 1989, o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, venceu o metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

Até então desconhecido na política nacional, Collor venceu com um discurso moderno, carismático e populista, prometendo privatizações, abertura comercial, reforma no serviço público e caçada aos “marajás” da política. Além do prometido, o “caçador de marajás” deveria promover uma profunda reforma econômica, baseada na eliminação da hiperinflação e na retomada da confiança de investidores e consumidores.



Você conhece o termo Globalização? Pesquise sobre as políticas de abertura comercial do mercado brasileiro e o processo de globalização econômica.



À esquerda, capa da Revista Veja de março de 1989. Collor ficou conhecido como Caçador de Marajás durante a campanha eleitoral para a presidência da República. À direita, reprodução da cédula eleitoral de 1989 para escolha de presidente, em primeiro turno

Fotos: Reprodução Veja; Tribunal Superior Eleitoral.

3.1. Os planos nada carismáticos: Collor e Collor II

Com a posse de Fernando Collor como presidente da República, em 15 de março de 1990, era fundamental eliminar as incertezas de um governo novo e sem base de apoio no Congresso, controlar a inflação e ajustar a economia. Para isso, era fundamental propor uma reforma monetária, administrativa e fiscal eficiente.



Comandada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a equipe econômica do governo implementou o Plano Collor, um plano que buscava o controle da inflação e a liberalização econômica. Entre as principais medidas: mudança da moeda para Cruzeiro; abertura às importações e à entrada de capital estrangeiro; bloqueios de depósitos em conta corrente e aplicações financeiras; congelamento de preços e salários; privatização de estatais e extinção de órgãos e empresas públicas, por meio do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Assim como os planos econômicos do governo Sarney, o Plano Collor não demorou a fracassar e a inflação retornar ainda mais forte. Além da inflação, várias empresas brasileiras faliram, houve redução do consumo e da produção, retração do PIB e o desemprego atingiu patamares elevados.

A equipe econômica ainda tentou um segundo plano de estabilização no início de 1991, o Plano Collor II, que foi considerado ainda mais frágil que a primeira versão e, dessa forma, desintegrou-se em pouco tempo.

A crise econômica expandiu-se para uma crise política, com o desgaste do governo e da figura do presidente e as denúncias de corrupção. A Era Collor estava prestes a findar, sem o carisma no qual havia começado.

Em 26 de março de 1991, os presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, instituindo o Mercosul (Mercado Comum do Sul). O acordo criava uma zona de livre comércio na qual os países signatários não tributariam nem restringiriam importações entre si e garantiriam a livre circulação de pessoas e mercadorias.

3.2. O *impeachment*

Ainda em 1991, as denúncias de corrupção envolvendo ministros e pessoas de confiança de Fernando Collor eram noticiadas pela imprensa. O principal envolvido nas denúncias era o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias (PC Farias).

O caso ganhou maior repercussão em abril de 1992, quando o irmão do presidente, Pedro Collor, denunciou um esquema de fraude eleitoral, suborno, sonegação e falsificação, liderado por PC Farias. Diante disso, a Câmara Federal instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e, meses depois, votou a abertura do processo de impedimento (*impeachment*), afastando preventivamente Collor da presidência.

Antes disso, os protestos populares contra o governo já eram frequentes. A população vestida de preto e estudantes com os rostos pintados (os “caras-pintadas”) pressionavam o governo e o Legislativo, a fim de que as denúncias fossem apuradas e o mandato de Collor cassado.

Em dezembro de 1992, antes de o Senado votar o *impeachment*, Collor renunciou à presidência. Contudo, o julgamento prosseguiu e Collor teve seus direitos políticos cassados por oito anos. Quem assumiu permanentemente a Presidência da República foi o vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco. Ele já estava interinamente na presidência durante o trâmite do processo de impedimento no Legislativo.

3.3. Itamar Franco e o Plano Real

A herança deixada por Collor a Itamar Franco não se limitava ao posto da Presidência da República, mas também a problemas relativos à estabilidade econômica e reestruturação da economia brasileira. Contudo, a experiência política de Itamar e seu passado ilibado garantiram apoio político e popular na construção de políticas públicas para a reabilitação do Brasil.

Uma das primeiras ações do novo presidente foi a convocação do plebiscito, previsto na Constituição de 1988, para a decisão sobre a forma e o sistema de governo. A maioria da população decidiu pela manutenção da república presidencialista. Para a área econômica, a indicação para o ministério da Fazenda foi do sociólogo e político Fernando Henrique Cardoso (FHC).



Você já ouviu falar da República do Pão de Queijo? Pesquise sobre essa terminologia que se tornou recorrente na gestão de Itamar Franco na presidência.

Após uma série de estudos econômicos, a equipe liderada por FHC lançou um novo e complexo plano de estabilização econômica, o Plano Real.

As principais medidas do Plano Real eram: equilíbrio das contas públicas; criação da URV (Unidade Real de Valor), para preservar o poder de compra dos salários; instituição de uma nova moeda, o Real, em paridade com o dólar americano; redução da emissão de moeda; elevação da taxa de juros; privatização de estatais; abertura comercial; ampliação da receita tributária; e o equacionamento das dívidas dos estados e municípios. O Plano Real teve o resultado esperado, diferente dos planos econômicos anteriores, e inseriu o Ministro FHC no cenário político nacional.



Em uma visita ao Salão do Automóvel em São Paulo, em 1992, Itamar Franco ficou assustado com os preços dos carros populares mais baratos, que atingiam o valor de US\$ 23 mil. Diante disso, ele passou a mostrar seu desconforto em entrevistas e até se reuniu com empresários do setor automobilístico para viabilizar um veículo mais acessível financeiramente. Foi aí que o Fusca, que havia deixado de ser produzido em 1986, voltou às linhas de produção. A versão do veículo popular criada nesse retorno é frequentemente nomeada de Fusca Itamar.

Diferentemente dos vícios dos planos econômicos anteriores, o Plano Real garantiu estabilidade econômica, por meio do aumento do PIB, de ganhos produtivos na agropecuária, indústria e serviços, queda vertiginosa da inflação, aumento do crédito e do poder de compra dos salários e, conseqüentemente, confiança dos agentes econômicos.

Diante do sucesso da política econômica, o ministro Fernando Henrique Cardoso ganhou popularidade e candidatou-se à eleição de 1994 para a Presidência da República, com o apoio de empresários, investidores externos e dos principais meios de comunicação. Em outubro de 1994, FHC, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), venceu as eleições presidenciais em primeiro turno, tendo como principal concorrente o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

3.4. Um período de avanços, mistério e mobilizações

Além de um período de ganhos para a democracia e para a economia, a primeira metade da década de 1990 foi cercada de ações que mudaram a vida das pessoas, e de eventos que alegraram, entristeceram e intrigaram os brasileiros.

Já no começo da década, em 1990, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código de Defesa do Consumidor trouxeram direitos e deveres importantes para a sociedade brasileira. Por sua vez, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, também de 1990, criou uma ortografia unificada para o português, a ser usada por todos os países de língua oficial portuguesa, gerando mudanças no processo de escrita do brasileiro.



Em 1992, o mundo virou os holofotes para o Brasil, mais especificamente para o Rio de Janeiro, que sediou a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92 ou Rio-92), com a participação de 178 chefes de governo e da sociedade civil (ONGs e movimentos sociais).

A base das discussões era a impossibilidade de manter o padrão de desenvolvimento dos países ricos, visto o esgotamento dos recursos naturais e os graves e irreversíveis danos ao meio ambiente. As principais contribuições da Eco-92 foram inseridas no documento denominado Agenda 21, que reconhecia o conceito de desenvolvimento sustentável e estabelecia políticas e ações de responsabilidade ambiental.



Foto oficial dos chefes de delegações na Eco-92

Foto: Michos Tzovaras/ United Nations.

Entre as tragédias sociais, o Massacre do Carandiru (1992) e as chacinas da Candelária e do Vigário Geral (1993) ganharam destaque e esquentaram as discussões sobre o papel da polícia e os direitos humanos.

Por sua vez, o mistério na morte do considerado pai da Constituição Cidadã, Ulysses Guimarães, em 1992, e a morte do esportista brasileiro Ayrton Senna, em 1º de maio 1994, “encucou” e entristeceu o Brasil. Somente o tetracampeonato mundial da Seleção Brasileira de Futebol, também em 1994, após um jejum de 24 anos, trouxe alegria ao povo brasileiro.

4. ESTABILIDADE, PRIVATIZAÇÕES E ENDIVIDAMENTO: O PRIMEIRO GOVERNO FHC (1995-1998)

Empossado em 1 de janeiro de 1995, o objetivo do novo governo democrático era a manutenção da estabilidade econômica, organizar a política nacional e combater o desemprego ainda evidente no Brasil.

A política do governo FHC era focada na liberdade econômica, com participação restrita do Estado na economia (política neoliberal). Uma das principais políticas do governo baseou-se na privatização de empresas públicas brasileiras (Telebrás, Companhia Vale do Rio Doce, Embratel, bancos estatais, empresas petroquímicas e de energia). Essa política privatizadora foi a principal crítica da oposição ao governo.

De forma a garantir a regulação e a fiscalização das empresas privatizadas, o governo criou as agências reguladoras, como a Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP).

Ocorreram protestos contra a privatização da Vale do Rio Doce em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde ocorreu o leilão, em 6 de maio de 1997. O leilão foi marcado por acusações de irregularidades.

Apesar da oposição, a ampla aliança partidária pró-FHC garantiu o apoio parlamentar necessário para as reformas econômicas, políticas e constitucionais que se seguiam. Houve diversos debates e decisões acerca das reformas tributária e fiscal, da previdência social e dos direitos trabalhistas. Na área financeira, o governo implementou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que auxiliou bancos endividados e fortaleceu a autonomia do Banco Central do Brasil.

Entre as reformas constitucionais, destacou-se a aprovação da emenda que permitiu a reeleição de presidente, governadores e prefeitos, em 1997. A emenda da reeleição gerou críticas e denúncias quanto à compra de votos de deputados e senadores, principalmente após o Legislativo Federal barrar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso.

Nesse contexto de estabilidades econômica e política, as eleições de 1998 deram a vitória, em primeiro turno, novamente a FHC, deixando o candidato de oposição, Lula (PT), em segundo lugar.

Mistérios

A década de 1990 contou com dois fatos misteriosos, com personagens famosos da Nova República: Ulysses Guimarães, líder da transição democrática e da Constituinte, e PC Farias, protagonista da crise que levou ao *impeachment* de Collor.

Em 12 de outubro de 1992, após um feriado prolongado, o helicóptero que levava o deputado Ulysses Guimarães, família e amigos decolou de Angra dos Reis (RJ) em direção a São Paulo. No trajeto, sob mau tempo, um acidente provocou a queda da aeronave no mar. Os destroços da aeronave e os corpos dos passageiros e piloto foram encontrados, exceto o de Ulysses, que nunca foi localizado.

Já em 23 de junho de 1996, em sua casa em Maceió (AL), Paulo César Farias e sua namorada foram assassinados, mesmo a casa sendo vigiada por quatro seguranças. Apesar das diversas investigações que colocaram como suspeitos a própria namorada de PC, os seguranças e até um irmão de PC Farias, o crime ainda não foi solucionado.

5. CRISE INTERNACIONAL, O RETORNO DA INFLAÇÃO E RACIONAMENTO: O SEGUNDO GOVERNO FHC (1999-2002)

O governo FHC atravessou ou sentiu resquícios das diversas crises externas que impactavam a economia brasileira (México - 1994; Crise Asiática - 1997; Rússia - 1998; Crise das Pontocom - 2000; atentado das Torres Gêmeas/EUA - 2001; e Argentina - 2001), mas o Plano Real mantinha a inflação baixa e uma ligeira estabilidade econômica.

Crises locais também testaram a equipe econômica do governo, como a decretação, em 1999, da moratória por parte do governo de Minas Gerais, comandado por Itamar Franco, e seguida por outros governos estaduais. Esse contexto de incerteza afetava os investimentos externos, as ações na bolsa de valores e o valor do real frente a outras moedas (câmbio).

O cenário delineado gerou uma crise cambial do real em 1999. O receio de que as crises mexicana e russa fossem procedidas por uma crise no Brasil, somada à moratória de Minas Gerais, geraram uma fuga de investimento externo, e consequente perda de reservas em dólar, o que levou o Banco Central do Brasil a abandonar o regime de bandas cambiais e a adotar um regime de câmbio flutuante controlado. O resultado foi uma intensa desvalorização da moeda brasileira, que ficou conhecida como “Efeito Samba”.



Já ouviu falar de bandas cambiais? Pesquise sobre o conceito de Câmbio e as diferenças entre regimes cambiais fixo e flutuante.



Os resultados econômicos que seguiram afetaram diretamente a inflação do país, que, mesmo não atingindo patamares de hiperinflação, passou a atingir valores de dois dígitos. Como mais uma política que reforçasse a confiança dos investidores no governo, foi implantado o Sistema de Metas de Inflação, que consiste em fixar um intervalo para a inflação acumulada anualmente. Esse sistema direcionaria as políticas monetárias do governo, sempre de forma a manter a inflação na meta.

O atentado terrorista aos EUA, em 11 de setembro de 2001, abalou a política, a economia e a história do mundo. Pesquise sobre seus principais efeitos no Brasil.



Fora da área econômica, ocorreram ganhos importantes na educação (criação do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem), saúde (criação dos remédios genéricos e um programa renomado de combate à Aids) e reforma agrária.

Além disso, foram criadas a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Na assistência social, o destaque deve ser dado ao Programa Bolsa Escola (2001), um programa de transferência condicionada de renda às famílias de crianças e jovens de baixa renda que frequentassem regularmente a escola. Havia, ainda, outros programas de atendimento às famílias cadastradas em uma Rede de Proteção Social, como o Auxílio Gás e Bolsa Alimentação.

Na esfera da administração pública, o governo FHC aprovou, em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um conjunto de normas que geriam o orçamento público, limitando gastos e endividamentos do governo federal, estados e municípios e possibilitando a responsabilização penal de gestores públicos que descumprissem a LRF.

Já estudou a LRF? Faça uma pesquisa mais detalhada sobre a LRF, legislação fundamental para todo profissional da gestão pública.



Outro fato marcante do segundo governo FHC foi a crise no fornecimento e distribuição de energia elétrica no Brasil, ocorrida entre julho de 2001 e fevereiro de 2002. As causas para o famigerado “apagão” foram os baixos investimentos no setor, a falta de planejamento e gestão do Operador Nacional do Sistema Elétrico e, ainda, a ocorrência de longas estiagens no período.



Apesar da denominação, o “apagão” não ocorreu de fato, mas era uma forte ameaça que obrigou o racionamento de energia elétrica e a imposição de multas e sobretaxas aos cidadãos e empresas que não cumprissem a meta de economia de energia. Os resultados desse momento histórico foram a queda da popularidade do presidente e queda no desempenho da economia no período.

Toda a conjuntura política e econômica brasileira, juntamente com as crises externas (crise na

Argentina e ataques terroristas nos Estados Unidos), fizeram com que o Brasil assinasse um acordo de renegociação das dívidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). As imposições feitas pelo FMI exigiam um amplo corte de gastos públicos. Os resultados de todo esse processo foram taxas de juros maiores, redução da atividade econômica, desemprego, informalidade, problemas sociais evidenciados e mais impopularidade.

Em 2002, ano de eleições presidenciais, todas as incertezas econômicas e políticas ficaram ainda mais evidentes diante do receio da vitória do candidato Lula, um opositor a diversas políticas neoliberais efetivadas por FHC. Também em 2002, foi instituído o novo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), que agrupou as normas relativas às relações jurídicas de ordem privada.



Após oito anos na presidência, FHC não conseguiu eleger seu substituto nas eleições de 2002, o candidato José Serra (PSDB), e Lula venceu as eleições, depois de três derrotas (1989, 1994 e 1998). Apesar do controle da inflação, FHC saiu com o país em um quadro de desigualdade de renda, dependência externa e incerteza quanto ao crescimento econômico.

Por fim, o mérito final do governo FHC foi o processo de transição de poder, que foi facilitado com a participação das duas equipes de governo, algo inédito e digno de destaque na história da República Federativa do Brasil.

6. INCERTEZAS, BOLSA FAMÍLIA E ESTABILIDADE ECONÔMICA: O PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003-2006)

No dia 1 de janeiro de 2003, mais de 200 mil pessoas assistiram à posse do operário Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, como presidente da República. Ao contrário do entusiasmo dos brasileiros presentes na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, o quadro macroeconômico do país era desanimador.

A tentativa de Lula de amenizar as incertezas do eleitorado moderado e conservador – ao compor uma chapa com o empresário José Alencar, do Partido Liberal (PL) – não foi bem-sucedida, de forma que houve um ataque especulativo durante a campanha presidencial de 2002, culminando em forte depreciação do real, com consequente **aumento da inflação**, elevação substancial do prêmio de risco e deterioração das finanças públicas.



Aumento da inflação: a inflação passou de 7,7%, em 2001, para 12,5%, em 2002.



Sabe o que é “prêmio de risco”? Pesquise sobre esse importante fator do processo de tomada de decisão sobre investimentos.



O cenário de descontrole macroeconômico fez com que o governo Lula priorizasse a recuperação da estabilidade monetária e fiscal, adotando, para tanto, uma série de políticas de austeridade monetária e fiscal. De maneira simplificada, deu-se continuidade ao denominado tripé da política macroeconômica, com elevação da taxa de juros e da meta de resultado primário.



Pesquise sobre o “tripé da política macroeconômica”, conjunto de medidas defendido por muitos economistas no Brasil e no mundo.

As medidas restritivas repercutiram no nível de atividade econômica, contribuindo para que o **crescimento do PIB sofresse uma redução** de 1,6 ponto percentual (p.p.), o que, somado a apreciação da taxa de câmbio, fez com que a **taxa de inflação revertisse sua trajetória** e começasse a cair em meados do ano de 2003.

Crescimento do PIB sofresse uma redução: o PIB do Brasil foi de 1,1%, em 2003

Taxa de inflação revertisse sua trajetória: no final de 2003 a inflação registrada foi de 9,5%.



Ao contrário de 2003, o ano que se seguiu registrou **elevação do PIB**, dando início ao que muitos conhecem como o **modelo social desenvolvimentista** brasileiro. O crescimento expressivo foi resultado de um cenário externo favorável, conjugado a políticas internas expansionistas. Mais precisamente, no âmbito internacional, houve aceleração do crescimento mundial, puxado pela China, favorecendo a ocorrência do conhecido **boom de commodities**. Este fenômeno afetou a apreciação cambial e, conseqüentemente, a inflação, repercutindo favoravelmente no poder de compra do brasileiro e das empresas.

Elevação do PIB: em 2004, o PIB brasileiro elevou-se para 5,8%.

Modelo social-desenvolvimentista: é uma corrente de pensamento que explica o crescimento de longo prazo como resultado do investimento das empresas estatais em conjunto com a expansão tanto do gasto público quanto do mercado interno.

Boom de commodities: entre os produtos favorecidos com o crescimento mundial observado a partir do século XXI, as *commodities*, especialmente soja e minério de ferro, foram valorizadas ao registraram significativa alta nos preços.



O movimento de impulsionamento do consumo e investimento domésticos foi reforçado pela **expansão do crédito** e política fiscal que combinava transferência de renda às famílias e **recuperação do investimento público**.

Expansão do crédito: Nessa questão, destaca-se o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal. Enquanto o primeiro envolveu-se na concessão de crédito para investimentos em nova capacidade produtiva e infraestrutura, os dois últimos expandiram crédito para agricultura, construção civil e para pequenas e médias empresas, apoiando ainda os programas de crédito consignado.

Recuperação do investimento público: Com ênfase à restauração da capacidade das empresas estatais, particularmente no setor de petróleo, gás e energia elétrica.



Entre as políticas internas adotadas, cabe maior detalhamento a respeito da transferência de renda. Mesmo no início do mandato, quando houve continuidade às políticas conservadoras do período anterior, o governo Lula buscou colocar em prática a principal bandeira de sua plataforma eleitoral: combater a pobreza extrema.

Você sabe a diferença entre pobreza e pobreza extrema? Pesquise sobre a diferença desses conceitos e como os indicadores de pobreza evoluíram no Brasil ao longo dos anos.





Nesse sentido, ainda em 2003, criou-se o Programa Fome Zero, cujo desafio era integrar políticas estruturais e emergenciais no combate à fome. De forma simplificada, o programa objetivava ofertar rendimento mínimo para as populações mais pobres, com especial atenção à Região Nordeste. Para tanto, foram criados o Cartão Alimentação e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o primeiro viabilizava a compra direta de alimentos às famílias, enquanto o segundo promovia compras públicas dirigidas para a agricultura familiar.

Visando ampliar o alcance do Fome Zero, houve a junção do Cartão Alimentação a outros programas sociais preexistentes – o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal –, instituindo o renomado **Bolsa Família (BF)**.



Bolsa Família (BF): foi sancionado pela Lei n.º 10.836/2004.

O BF foi estruturado principalmente sob **dois eixos**: a transferência de renda e as condicionalidades. O primeiro eixo buscou um resultado imediato nas condições de vida das famílias pobres, sendo que o valor a receber dependia de fatores, como faixa de renda, número de crianças e adolescentes (até 17 anos) e existência de gestantes na família.



Dois eixos: Incluem-se ainda os *programas complementares* como um terceiro eixo, já que há um movimento de integração do BF com outros programas do governo e da sociedade civil voltados às alternativas de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar.

Já o segundo alicerce objetivava efetivar o acesso das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social. Para tanto, os beneficiários deveriam comprovar, entre outras exigências, a frequência mínima escolar de 75% (quando crianças e adolescentes), manter a vacinação em dia e realizar todos os exames do pré-natal.

Ainda no campo social, o governo criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)**, buscando sanar o déficit habitacional - uma demanda popular que vinha desde 1991. Com o SNHIS e o FNHIS seria possível comprar, construir, realizar melhorias e reformas de moradias, implantar infraestrutura urbana e adquirir materiais de construção.



Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS): Por meio da Lei n.º 11.124/2005.

Outras medidas foram adotadas visando promover os direitos da população, como as criações das (os):

- Secretaria de Políticas para as Mulheres (Lei n.º 10.683/2003),
- Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Lei n.º 10.678/2003),
- Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003),
- Programa Universidade para Todos - ProUni (Lei n.º 11.096/2005) e
- Lei Maria da Penha (n.º 11.340/2006).

À toda conjuntura, somaram-se as reformas fiscal e financeira, reforçando o clima de confiança dos consumidores e das empresas. Mais especificamente, em 2004, implementou-se a Reforma Tributária, introduzindo a incidência cumulativa ou não cumulativa de alíquotas tributárias diferenciadas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), estendendo-os às importações, e prorrogando a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais quatro anos. Como resultado, o

governo federal elevou a arrecadação nos anos seguintes.

Houve também a Reforma da Previdência, que se delineou sobre três pontos principais: a elevação do valor teto para contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); a introdução de idade mínima para todos os funcionários públicos federais (55 anos para mulheres e 60 para homens); e a contribuição previdenciária compulsória de 11% por parte dos servidores inativos, sendo essa alíquota incidente sobre a parcela do rendimento que excedesse o teto de contribuição para o INSS.

Já a Reforma Financeira se deu por meio da Lei de Falências e do **crédito consignado**. A primeira ajudou na expansão do crédito para empresas, ao simplificar e agilizar a recuperação de empréstimos, em caso de dificuldades financeiras por parte do devedor. Já a segunda reforma tinha como público-alvo as famílias, sendo introduzido e difundido o crédito pessoal, a ser pago com base na retenção de parte do salário do devedor.

Crédito consignado: esta foi uma sugestão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e começou com um acordo entre os sindicatos e as instituições financeiras, no final de 2003.



Cabe ainda ressaltar que, durante o primeiro governo Lula, foi instituído o Estatuto Nacional de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MEI), que absorveria grande parte dos trabalhadores autônomos/independentes.



Em novembro de 2004, a Controladoria-Geral da União (CGU) lançou o Portal da Transparência. Com acesso livre e facilitado pela internet a investimentos e gastos públicos, a iniciativa garantiu transparência, participação e controle social na gestão pública.

Todo esse cenário – que se traduziu em melhora dos indicadores macroeconômicos – inspirava otimismo quanto à estabilidade do país, sentimento reforçado quando, em 2005, o governo encerrou sua dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dessa forma, mesmo com escândalos de corrupção, como o episódio do **Mensalão**, estava preparada a base para que se iniciasse, já em 2006, a adoção de uma política expansionista.

Mensalão: consistiu na compra de votos de parlamentares, na qual estavam envolvidos o Partido dos Trabalhadores (PT), o Popular Socialista (PPS), o Progressista (PP), Democratas (DEM), da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre outros. O esquema de corrupção começou em 2002, sendo descoberto só em 2005.



A experiência do primeiro governo Lula foi positiva: a pobreza no país reduziu em 19%; a economia cresceu à taxa média de 3,5% e foram gerados 6,4 milhões de empregos formais. Devido a esses resultados, Lula foi reeleito no segundo turno, com 60,83% dos votos válidos, vencendo o candidato Geraldo Alckmin do PSDB.



7. O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO: O SEGUNDO GOVERNO LULA (2007-2010)

No segundo governo Lula, as medidas expansionistas ganharam maior expressão, tendo como ações de destaque o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a política de longo prazo de valorização do salário-mínimo.

O PAC consistiu em um conjunto de **investimentos prioritários em infraestrutura econômica e social**, além de um amplo programa energético, com destaque para a exploração e produção de petróleo na conhecida camada do **pré-sal**.



Investimentos prioritários em infraestrutura econômica e social: O PAC induziu uma modernização da economia ao apoiar a formação de capital por parte do setor privado e, simultaneamente, aumentar o investimento público em infraestrutura.

Pré-sal: Em 2006, a Petrobrás revelou ter descoberto uma grande reserva de petróleo e gás natural na camada geológica do pré-sal.

Mais do que o investimento propriamente dito, o PAC também incluiu uma série de **desonerações tributárias** para incentivar o investimento privado e o desenvolvimento do mercado de consumo brasileiro. Destaca-se, entre as desonerações, a criação do **Simples Nacional**, que estimulou a formalização de micro e pequenas empresas, impactando positivamente o mercado de trabalho formal brasileiro.



Desonerações tributárias: foram ampliadas em 2008, em virtude do lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Simples Nacional: é um regime tributário especial para micro e pequenas empresas que combina os tributos federais, estaduais e municipais numa única alíquota sobre o faturamento.



Um dos principais empreendimentos do PAC foi a audaciosa obra de Transposição do Rio São Francisco, com o objetivo de levar água às regiões mais secas do Nordeste brasileiro

Foto: Divulgação/Integração Nacional.



Com relação ao salário-mínimo, o governo iniciou, ainda em 2006, a política de longo prazo que estabelecia reajustes anuais de acordo com a inflação e com o crescimento do PIB. Essa política buscava repassar ao trabalhador o almejado crescimento econômico sustentável. Dessa forma, motivado pelo **investimento** e pelo **consumo das famílias**, o resultado dessas medidas foi o crescimento do PIB de 4%, em 2006, e 6,1%, em 2007.

Investimento: cresceu a uma taxa média de 12,4% no período de 2006 a 2008.

Consumo das famílias: aumentou ao ritmo de 6,1% a.a., no período de 2006 a 2008.



O alto nível de atividade econômica resultante das políticas adotadas ainda ganhou um estímulo adicional: o **fim da CPMF**. Do ponto de vista macroeconômico, essa decisão causou forte estímulo ao crescimento da demanda agregada, em um contexto no qual a economia não precisava de incentivos adicionais, gerando uma pressão inflacionária.

Fim da CPMF: a extinção da contribuição injetou 1,4% do PIB na renda disponível do setor privado.



O estímulo doméstico ainda foi reforçado pelo fator externo: a bolha especulativa americana e o acelerado crescimento da China faziam com que o aumento nos preços das *commodities* fosse tão alto no primeiro semestre de 2008, que houve uma superação da apreciação do real e, consequentemente, o Brasil “importou a inflação” do resto do mundo. Como resposta, o Banco Central elevou a taxa Selic dias antes do início da crise norte-americana, fato este que mudaria o quadro macroeconômico que se delineava no Brasil.

Já ouviu falar da taxa Selic? Pesquise sobre essa taxa básica de juros, definida periodicamente pelo Banco Central do Brasil.



A quebra do Banco Lehman Brothers gerou uma grande restrição de crédito na economia mundial. A incerteza sobre instituições bancárias internacionais fez com que o sistema bancário mundial contivesse o crédito e se registrasse fuga para ativos de menor risco, resultando na desvalorização de títulos privados e das *commodities*.

O primeiro impacto da crise internacional sobre o Brasil ocorreu com a contração abrupta e substancial da oferta de crédito. Já o segundo efeito foi a queda no volume de comércio internacional e a redução dos preços das *commodities*. Como os valores do real e do mercado acionário brasileiro estavam intensamente associados aos preços internacionais das *commodities*, a quebra do Lehman Brothers foi seguida de uma forte redução do valor das ações brasileiras.

Esse movimento gerou perdas patrimoniais para o setor privado brasileiro, que, por sua vez, respondeu à crise com o adiamento ou mesmo cancelamento de investimentos no final de 2008 e início de 2009. Para completar o quadro, o clima generalizado de incerteza econômica afetou o poder de compra das famílias brasileiras, resultando numa desaceleração do crescimento do consumo privado.



O saldo da crise financeira internacional foi uma “recessão técnica” brasileira, isto é, dois trimestres consecutivos de queda do PIB (do último trimestre de 2008 ao primeiro de 2009). Para Lula, a crise que avassalou os Estados Unidos como *tsunami*, chegou ao Brasil como “marola”.

Contrariando as expectativas do mercado, o governo Lula adotou uma série de medidas anticíclicas:

- (1) aumento da liquidez e redução da taxa Selic;
- (2) manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos;
- (3) desonerações tributárias temporárias e permanentes – redução das alíquotas do IPI sobre os automóveis, criação de duas novas faixas intermediárias do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF);
- (4) o aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos; e
- (5) o aumento do investimento público em habitação – o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

O conjunto de ações do governo Lula resultou em uma rápida recuperação da economia brasileira na segunda metade de 2009 e, já no início de 2010, o Brasil alcançou um crescimento de 7,5%.



Uma vez passado o choque inicial da crise internacional e iniciada a forte expansão de liquidez por parte dos países desenvolvidos, o capital externo voltou a entrar no Brasil, num contexto de elevação dos preços das *commodities* e apreciação do real, sobretudo devido à recuperação da demanda chinesa por insumos básicos. A boa performance macroeconômica do Brasil no combate aos efeitos da recessão também reduziu o prêmio de risco do país.

Nas relações internacionais, um fato de destaque foi a realização da Primeira Cúpula do **Bric** (sigla composta com as iniciais de cada país) - bloco político e econômico formado por Brasil, Rússia, Índia e China, em 2009. Os objetivos do bloco baseiam-se na articulação em instâncias multilaterais sobre temas dos países emergentes e a construção de uma agenda de cooperação. Em 2011, foi admitida a entrada da África do Sul no bloco, que passou a se chamar **Brics**.

Outro ponto de destaque desse período foi a sanção da Lei Complementar n.º 135, de 4 de junho de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Originada de um projeto de lei de iniciativa popular, proíbe que políticos condenados em decisões colegiadas possam se candidatar.

Antes do fim do governo Lula, o Brasil começou a adotar uma política macroeconômica mais restritiva, esperando que o impacto da recessão internacional tivesse passado e que a economia doméstica pudesse continuar a crescer sem estímulos governamentais adicionais.



A conjuntura política e econômica e as taxas de popularidade de Lula alavancaram, em 2010, a candidatura à presidência de sua ministra da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, seu braço direito durante todo o governo. Dilma foi eleita, em segundo turno, vencendo o candidato do PSDB, José Serra, e alcançando o terceiro mandato consecutivo do PT.

8. CORRUPÇÃO E MANIFESTAÇÕES À TONA: O PRIMEIRO GOVERNO DILMA (2011-2014)

A primeira mulher eleita para a presidência do Brasil iniciou seu mandato, em 1 de janeiro de 2011, com o objetivo de prosseguir com as políticas de crescimento econômico e de erradicação da pobreza. Em menos de um ano de governo, porém, ela se viu diante da primeira crise, com a queda de sete ministros, incluindo nomes de destaque, como Antonio Palocci (Casa Civil), Nelson Jobim (Defesa) e Carlos Lupi (Trabalho). As acusações de corrupção minaram seis membros do

alto escalão do Executivo, que de imediato foram retirados dos ministérios. Esse posicionamento de Dilma ampliou o apoio popular, ao ser considerado uma “faxina ética” e um sinal do governo contra a corrupção.

No âmbito da erradicação da pobreza, o governo Dilma implantou, em 2011, o Plano Brasil sem Miséria, que tinha três eixos fundamentais: a garantia de renda, o acesso a serviços públicos e a inclusão produtiva. Os resultados do pacote antipobreza foram considerados positivos e, aliado às políticas econômicas distributivas, reduziram os percentuais da população inseridos nas faixas de pobreza e pobreza extrema.

Na economia, ainda em 2011, o governo propôs uma Nova Matriz Macroeconômica (NMM), baseada na redução da taxa básica de juros (Selic), queda de impostos e maior monitoramento cambial. Liderada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a equipe econômica propôs linhas diversas de combate à inflação, aumento do poder de compra da população, reestruturação e modernização da indústria nacional e direcionamento dos indicadores socioeconômicos em níveis desejáveis.

Mais especificamente, as políticas da NMM foram:

- redução no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e de itens da cesta básica;
- cortes no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos setores automotivo, moveleiro, “linha branca” de produtos duráveis e construção civil, a fim de incentivar a produção e o consumo;
- redução na tarifa de energia elétrica;
- políticas de crédito, via BNDES, aos setores que gerassem empregos, e
- investimentos em áreas públicas, por meio da continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

De forma a promover a indústria nacional em setores estratégicos, o governo propôs o Plano Brasil Maior, com o objetivo de garantir o desenvolvimento tecnológico por meio de investimentos em Inovação e Pesquisa & Desenvolvimento.

Outras políticas do governo Dilma foram a Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, para investigar violações de direitos humanos a partir de 1946; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011; o Ciência sem Fronteiras (2011), que incentivava a formação acadêmica no exterior; o Brasil Carinhoso, programa criado em 2012 para desenvolver e garantir o acesso e a permanência das crianças na educação infantil; e o **Programa Mais Médicos**. Em 2012, também foi sancionado o Novo Código Florestal Brasileiro (Lei n.º 12.651/2012), dispondo sobre a proteção da vegetação nativa.

Programa Mais Médicos: instituído em 2013, teve o objetivo de levar profissionais brasileiros e estrangeiros para atender a população em áreas carentes das periferias de grandes cidades e no interior do país, ampliando e melhorando o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

As políticas econômicas e sociais do governo Dilma respondiam às reivindicações de sindicatos, empresariado e sociedade, apesar de conflitar com o setor financeiro, que se via prejudicado com as estratégias apresentadas. Esse contexto refletiu na elevada aprovação popular do governo, uma das maiores popularidades de um presidente desde o fim do Regime Militar.

Apesar de todo o ambiente considerado positivo, em junho de 2013, diversas manifestações iniciaram-se em diferentes cidades do país, promovidas devido ao aumento dos preços das passagens do transporte urbano. As *Jornadas de Junho*, como foram denominadas, espalharam-se pelo país e transformaram-se em movimentos contra a corrupção e em favor da educação, saúde e segurança pública.

Os elevados gastos/investimentos na sede e na organização de eventos esportivos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, também foram questionados durante as manifestações de 2013.

No último ano do mandato, 2014, as políticas econômicas não geravam os resultados esperados. Apesar da redução na taxa de desemprego, o crescimento econômico estava abaixo das expectativas. Além disso, as desonerações fiscais e demais políticas da NMM não tiveram a contrapartida almejada, gerando perda de credibilidade e de controle e colocando em xeque a capacidade de gestão do governo.

Além disso, a deflagração pela Polícia Federal da Operação Lava Jato, de investigação de crimes contra a administração pública, levantou suspeitas de corrupção a diversos correligionários de Dilma. As investigações de desvio e lavagem de dinheiro na Petrobrás ganharam destaque na imprensa e geraram instabilidade para o governo.



Mesmo nesse contexto, as eleições de 2014 decretaram a reeleição em segundo turno de Dilma Rousseff, vencendo o candidato e senador Aécio Neves (PSDB). Diante disso, em 1 de janeiro de 2015, iniciou-se o segundo mandato de Dilma, com grandes desafios políticos e econômicos para a presidenta.

9. CRISE POLÍTICA, IMPEACHMENT E DESAPROVAÇÃO POPULAR: O GOVERNO DILMA/ TEMER (2015-2018)

Apesar da vitória nas eleições de outubro de 2014, ocorrida em uma disputa acirrada no segundo turno, Dilma se viu diante de uma forte oposição política. O contexto tornava-se ainda mais adverso diante do avanço da Operação Lava Jato, a piora na economia e a sua baixa popularidade. Adicionado a isso, mesmo os aliados do governo criticavam o estilo de Dilma governar, não mantendo um diálogo constante com o Legislativo.

Para melhorar o cenário econômico, a equipe econômica, agora comandada pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy, apresentou um pacote de medidas que limitava os gastos públicos, elevava os juros e restringia o crédito. Contudo, esse pacote gerou descontentamento de setores da sociedade civil, que passaram a manifestar-se contra o governo.

O lema “*Não vamos pagar o pato!*” virou slogan principal das manifestações, lideradas, principalmente, pelo empresariado, antes beneficiado pelas políticas da NMM. O “panelaço” também se tornou forma de manifestação sem sair de casa, principalmente em momentos de pronunciamentos oficiais em rádio e TV.

Sem governabilidade e sem popularidade, em dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, autorizou a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma. Ela foi acusada de cometer crimes de responsabilidade fiscal, os créditos suplementares e as “pedaladas fiscais”.



Em maio de 2016, o Senado Federal definiu o afastamento de Dilma até a conclusão do processo de impedimento e, em agosto daquele ano, a aprovação do *impeachment* destituiu Dilma Rousseff da presidência, mas sem retirar seus direitos políticos. Assim, o vice-presidente Michel Temer (PMDB), que se autodeclarava “vice decorativo”, assumiu o protagonismo de presidente da República, em 31 de agosto de 2016.

Michel Temer assumiu o cargo propondo um “governo de salvação nacional”, baseado em reformas que fariam o país retomar o crescimento econômico. Temer reduziu o número de ministérios, de 32 para 23, e propôs as reformas fiscal, trabalhista e previdenciária, como: flexibilização de leis trabalhistas, lei de terceirização, reforma da previdência e o congelamento de gastos públicos por 20 anos, inclusive de investimentos em educação e saúde (PEC do Teto). Dessas reformas, apenas a Reforma da Previdência não avançou no Legislativo.

As denúncias de irregularidades por parte de alguns ministros, a falta de representatividade feminina e negra na administração federal, o crescimento acelerado do desemprego e o formato polêmico das reformas propostas mantinham a popularidade do governo Temer em baixa, uma das menores da história da República. As investigações de atos de corrupção que mencionavam o nome de Temer agravavam ainda mais os cenários político e econômico.

Nesse contexto, ele buscou propor políticas que melhorassem a economia e a sua imagem. Um dos destaques foi a liberação de saques de contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que provocou o aquecimento da economia no curto prazo.

Contudo, o evento de destaque no governo Temer foi a deflagração, em 21 de maio de 2018, da Greve Nacional dos Caminhoneiros, que durou 10 dias e parou o país. As principais reivindicações eram o elevado preço do diesel e a exigência de uma tabela mínima para os valores do frete. Contudo, pautas anticorrupção também foram observadas; alguns grupos apoiavam, inclusive, a intervenção militar. Os resultados da paralisação foram observados no mercado, com a redução na produção das indústrias e escassez de bens de consumo em geral. Os impactos da greve na economia foram observados na inflação e no PIB de 2018.

O governo Temer terminou em 31 de dezembro de 2018, com taxa de desemprego alta, inflação controlada, crescimento tímido do PIB, aumentos na desigualdade social e na extrema pobreza. Diante desse cenário de instabilidade política, incerteza econômica e modificações estruturais nas questões sociais, ocorreram as eleições presidenciais, em outubro de 2018.



A campanha eleitoral de 2018 foi protagonizada por diversos acontecimentos e pela polarização entre direita, esquerda e seus extremos.

Alguns fatos que ganharam destaque durante a campanha foram:

- o fim das doações de empresas para as campanhas;
- o pensamento, por parte de correligionários, de que Dilma poderia ter sofrido um golpe;
- a prisão do ex-presidente Lula e sua inelegibilidade;
- a impopularidade de Temer;
- a popularidade do juiz federal Sérgio Moro, julgador de processos da Operação Lava Jato;
- as denúncias contra o pré-candidato e senador Aécio Neves;
- os posicionamentos considerados machistas e a favor do Regime Militar, da tortura e do armamento da população por parte do candidato Jair Bolsonaro;
- o atentado a facada sofrido por Jair Bolsonaro durante evento de campanha;
- a difusão e compartilhamento de *fake news* (notícias falsas) por meio de redes sociais;
- a ausência do candidato Bolsonaro em debates, principalmente no segundo turno;
- protestos populares contra e a favor de candidatos;
- alto índice de rejeição dos dois principais candidatos, e
- a violência por questões políticas.

Todos esses fatores culminaram na vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), que derrotou o candidato Fernando Haddad (PT).



Dois outros acontecimentos que foram destaques em 2018 ocorreram no Rio de Janeiro e, também, travaram o debate político nacional: (i) os assassinatos da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes, com 13 tiros, em 14 de março. Tal fato gerou manifestações e trouxe à tona a questão das milícias no Rio de Janeiro, que foram indicadas como mandantes do crime; (ii) o incêndio do Museu Nacional, o maior museu de história natural do Brasil, em 3 de setembro, o que gerou o debate sobre o sucateamento da cultura e das ciências no país.

10. CRISE SANITÁRIA, POLÊMICAS E NEGACIONISMO: A PRIMEIRA METADE DO GOVERNO BOLSONARO (2019-2020)

O governo Bolsonaro iniciou-se em 1 de janeiro de 2019 com um país dividido, devido à polarização das eleições presidenciais do ano anterior. Sua equipe ministerial era composta por 22 pastas, com destaque para o ministério da Economia, ocupado pelo economista Paulo Guedes. Denominado “superministério”, ele incorporou os antigos ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços e de grande parte do ministério do Trabalho.

Além disso, outro destaque foi o número de ministros e secretários de formação militar, inclusive militares da ativa - fato polemizado e criticado por especialistas e opositores. Bolsonaro se colocou como um líder de direita, se alinhando a chefes de governo de outros países, como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Benjamin Netanyahu, em Israel.



Você entende os conceitos de direita e de esquerda na visão política? Pesquise sobre essa divisão controversa.

Sob o aspecto econômico, as medidas adotadas seguiram a cartilha neoliberal, acompanhado a corrente do ministro da Economia, Paulo Guedes, como liberdade econômica, estímulo ao investimento privado em infraestrutura, privatizações e concessões, reformas administrativas e previdenciária, isenções, etc.

Os dois primeiros anos do governo do presidente Bolsonaro foram conturbados, com troca de ministros; saída de Bolsonaro do PSL e proposta de criação de um novo partido; opiniões e pronunciamentos polêmicos; influência dos filhos do presidente nas decisões do governo; denúncias de interferência na Polícia Federal, feitas pelo ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro; suspeita da existência de um Gabinete do Ódio para divulgação de *fake news*; negacionismo científico; denúncias de corrupção e relação com milícias; conflitos com a imprensa; aproximação com o grupo de parlamentares denominado “Centrão” (criticado pelo presidente durante a campanha); afastamento entre o presidente e o vice-presidente, Hamilton Mourão; críticas a integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e ao processo eleitoral brasileiro, entre outros.



Um dos destaques foi a renúncia do ministro da Justiça, Sérgio Moro. Ele era um dos principais integrantes do governo e, até então, considerado “herói” pelos correligionários de Bolsonaro, por integrar a força-tarefa da Lava Jato, que, inclusive, decretou a prisão do pré-candidato à presidência em 2018, Lula.

Outro ponto de conflito do governo foi a questão ambiental, visto que Bolsonaro e o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, criticavam o Acordo de Paris e não consideravam a questão das mudanças climáticas como prioridade.

Além disso, o número de queimadas e desmatamento nos biomas brasileiros foram considerados recordes, culminando na exoneração de Ricardo Galvão, diretor do Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) – responsável pela análise e divulgação de dados sobre o tema. Tal fato gerou críticas de ambientalistas, ativistas e líderes mundiais, prejudicando a imagem do Brasil nas discussões globais sobre o meio ambiente.

Pesquisa sobre o Acordo de Paris, um tratado mundial que tem como objetivo reduzir o aquecimento global.



Mas o ponto de maior destaque na primeira metade do governo de Jair Bolsonaro foi a pandemia da Covid-19, vírus que causou doença respiratória, em escala mundial. As restrições de deslocamento, o isolamento social e a quarentena no Brasil iniciaram em março de 2020. Em boa parte do ano, apenas as atividades consideradas essenciais funcionaram, com restrições e exigências. O uso da máscara e do álcool em gel tornou-se realidade da população brasileira e do mundo.

Apesar dos alertas da Organização Mundial da Saúde (OMS), que declarou a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), em 11 de março de 2020, o presidente Bolsonaro e parte de seu governo negligenciaram a gravidade da situação, denominando o vírus de “gripezinha” ou “resfriadinho” e imputando à reação da população e da imprensa como histeria e fantasia.

A posição do governo federal confundiu parte da população e divergências de posicionamento derrubaram dois ministros da Saúde. O apoio público de Bolsonaro ao uso do denominado “tratamento precoce”, sem comprovação científica, e a oposição ao isolamento social geraram desgaste ao governo e protagonizaram o que pode ser considerada como a maior crise da saúde brasileira.



Diante das restrições e do isolamento social, os efeitos econômicos e sociais se intensificaram no Brasil. A fim de mitigar os impactos socioeconômicos causados pela pandemia da Covid-19, foi instituído o Auxílio Emergencial, que previu o repasse de R\$ 600,00 mensais (depois de cinco meses foi para R\$ 300,00 mensais) a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do INSS. Tal auxílio ajudou a amenizar o rombo no PIB e as imensas dificuldades vividas pelos mais pobres.

Para mitigar os impactos econômicos da pandemia de Covid-19 nas relações trabalhistas, o governo federal instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, conhecido como “BEm” (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda). Nesse programa, o trabalhador e o empregador realizavam acordos individuais ou coletivos para a redução da jornada de trabalho e do salário, enquanto o governo federal assumia parte dos custos resultantes da redução dessa jornada.

Mesmo com os incentivos e programas, o PIB brasileiro caiu 4,1% em 2020 e a queda no PIB *per capita* foi ainda maior: -4,8%. Mas, mais importante e impactante que a economia, foi o número de vítimas da Covid-19 no Brasil. Até 31 de dezembro de 2020, foram 194.949 brasileiros vítimas fatais da doença, desconsiderando a subnotificação, diante do recorde no volume de casos de síndrome respiratória aguda grave, que não foram computados como Covid-19.

Nesse contexto, a primeira metade do governo Bolsonaro terminou com crises econômica, política, social e de saúde e a incerteza pairando sobre quais as próximas ocorrências que afetariam o desenvolvimento e que gerariam mudanças no estado brasileiro.

Galeria dos Presidentes

Fotos e informações: Acervo Palácio do Planalto



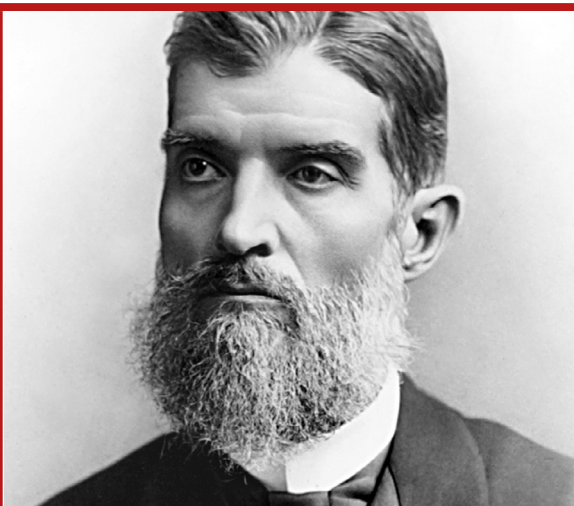
(1889-1891)

Manuel Deodoro da Fonseca nasceu no dia 05 de agosto de 1827, na Vila Madalena de Sumaúma (AL). Era filho de Manuel Mendes da Fonseca (1785-1859) e Rosa Maria Paulina da Fonseca (1802-1873). O pai era militar e influenciou todos os filhos, que seguiram a carreira militar e política. Aos 16 anos, Deodoro da Fonseca ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde cursou Artilharia até 1847. Mais tarde, entrou para a política. Participou da Revolução Praieira, Guerra do Paraguai e o Cerco de Montevideú, sendo líder do movimento antiescravista do Exército. Em 1860, aos 33 anos, casou-se com Mariana Cecília de Sousa Meireles, entretanto, nunca tiveram filhos. Além de militar, seguiu a carreira política sendo presidente da província do Rio Grande do Sul, o primeiro presidente do Brasil e um dos personagens centrais da Proclamação da República. Morreu em 23 de agosto de 1892, no município de Barra Mansa (RJ), vítima de problemas respiratórios.



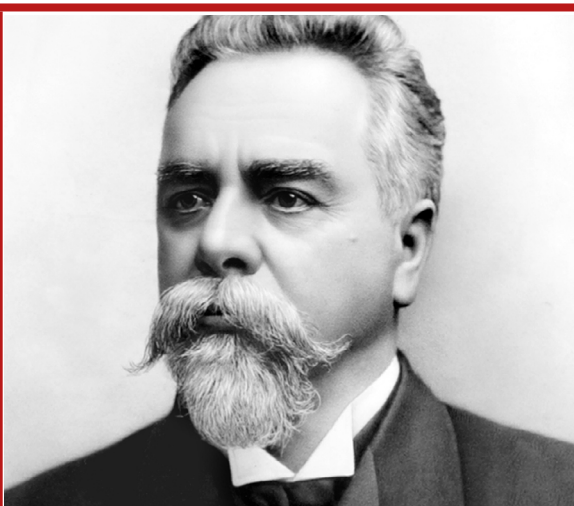
(1891-1894)

Floriano Vieira Peixoto nasceu no dia 30 de abril de 1839, na Vila de Ipioca (AL). Filho de uma família humilde, Floriano foi criado pelo padrinho, o coronel José Vieira de Araújo Peixoto. Estudou primeiramente em Maceió e, mais tarde, no Colégio São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro. Com 19 anos, ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde seguiu a carreira no Exército sendo primeiro-tenente, major-general do Exército e Tenente-Coronel. Destacou-se como tenente-coronel na Guerra do Paraguai, comandando o IX Regimento da Infantaria. Faleceu em Barra Mansa (RJ), no dia 29 de junho de 1895.



(1894-1898)

Prudente José de Moraes Barros nasceu no dia 4 de outubro de 1841, no município de Itu (SP). Filho dos fazendeiros José Marcelino de Barros e Catarina Maria de Moraes, ficou órfão de pai cedo (que fora assassinado por um escravo), o que levou sua família a outra cidade do interior paulista: Constituição (atual Piracicaba). Resolveu seguir carreira política e, mais tarde, ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, bacharelando-se em 1863. Por conseguinte, em 1866, casou-se com Adelaide Benvinda, com quem teve nove filhos. Foi o primeiro presidente civil do Brasil a assumir o cargo e o primeiro por eleição direta. Faleceu em Piracicaba, dia 3 de dezembro de 1902, com 61 anos, vítima de tuberculose.



(1898-1902)

Manuel Ferraz de Campos Sales nasceu no dia 15 de fevereiro de 1841, em Campinas (SP). Filho de uma rica família de fazendeiros de café, formou-se em Direito em 1863, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Durante vários anos exerceu a profissão de advogado. Em 1873 foi um dos organizadores da Convenção de Itu, na qual foi criado o Partido Republicano Paulista (PRP). Campos Sales morreu em Santos (SP), no dia 28 de junho de 1913.



(1902-1906)

Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu no dia 7 de julho de 1848, em Guaratinguetá (SP). Filho de fazendeiros portugueses, Domingos Rodrigues Alves e Isabel Perpétua Marins, desde cedo demonstrou suas habilidades, sendo o primeiro da classe. Estudou em Guaratinguetá e, em 1859, ingressou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Em 1870, formou-se bacharel em Letras pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi promotor de justiça e paz, juiz e vereador em Guaratinguetá. Em 1875, casou-se com Ana Guilhermina de Oliveira Borges, sua prima. Exerceu diversos cargos políticos, governando o país de 1902 a 1906. Eleito, pela segunda vez, presidente da República em 1918, não tomou posse por ter contraído a gripe espanhola. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 16 de janeiro de 1919.



(1906-1909)

Afonso Augusto Moreira Pena nasceu em 30 de novembro de 1847, no município de Santa Bárbara (MG). Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado pelo Partido Liberal, ministro da Guerra, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Também ocupou o cargo de ministro da Justiça e, em 1888, foi um dos integrantes da comissão que reorganizou o Código Civil brasileiro. Governou Minas Gerais e fundou a Faculdade de Direito de Minas Gerais (atual Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais). Foi senador por Minas e presidente do Banco do Brasil entre 1895 e 1898. Sem concluir seu mandato presidencial, faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1909.



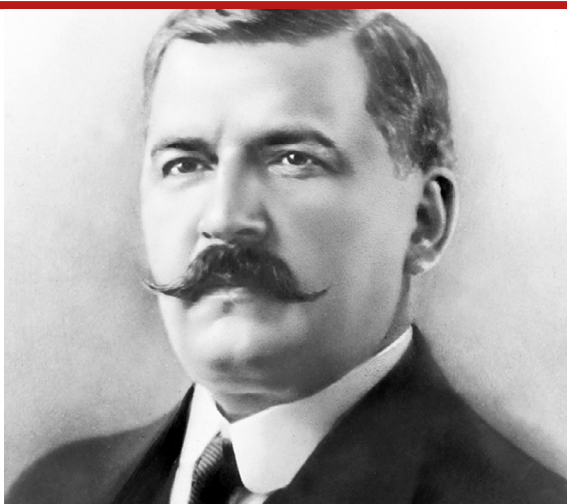
Nilo Procópio Peçanha nasceu em 2 de outubro de 1867, em Campos (RJ). Em 1887, graduou-se em Recife e ocupou diversos cargos políticos após fundar, em 1888, o Partido Republicano Fluminense (PRF). Foi deputado federal e senador até que renunciou para ocupar a presidência do estado do Rio de Janeiro (1903-1906). Está entre os signatários do Convênio de Taubaté. Assumiu a presidência em 14 de junho de 1909, para concluir o mandato de Afonso Pena. Tentou, sem sucesso, chegar à presidência da República novamente. No período de 1918 a 1920, ocupou novamente o cargo de senador pelo Rio de Janeiro, onde morreu em 31 de março de 1924.

(1909-1910)



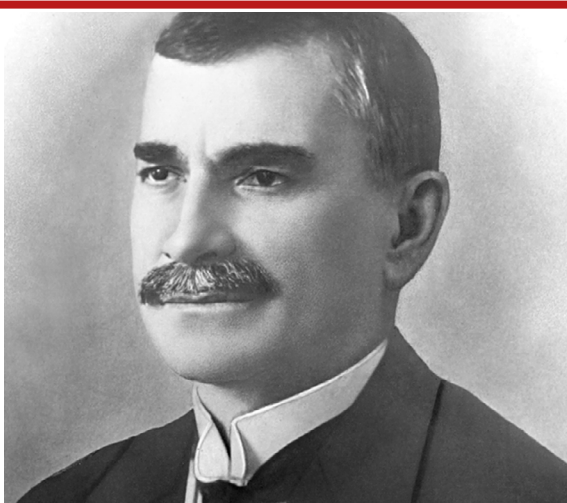
Hermes Rodrigues da Fonseca nasceu no dia 12 de maio de 1855, no município de São Gabriel (RS). De família ilustre e de tradição no Exército, era filho do marechal Hermes Ernesto da Fonseca e de Rita Rodrigues Barbosa. Em 1878, foi um dos fundadores do "Clube Republicano" do Círculo Militar, organização responsável por derrubar a monarquia e instituir o novo regime. Nesse mesmo ano, casou-se com Orsina Francioni da Fonseca (falecida em 1912); e, em 1913, com a artista Nair de Tefé von Hoonholtz, filha do Barão de Teffé. Participou da Revolta da Vacina (1904), da Revolta da Armada (1893) e, ainda, da articulação da tentativa de golpe dada por seu tio Deodoro da Fonseca em prol da Proclamação da República, ocorrida dia 15 de novembro de 1889. Hermes da Fonseca foi o primeiro presidente militar eleito por meio de um pleito nacional. Faleceu em Petrópolis (RJ), no dia 9 de setembro de 1923.

(1910-1914)



Wenceslau Braz Pereira Gomes nasceu no dia 26 de fevereiro de 1868, em São Caetano da Vargem Grande - atual Brasópolis (MG). Estudou em São Paulo, e, ingressou no curso de Direito do Largo São Francisco (1886-1890), de forma que exerceu o cargo de advogado em Minas Gerais. Em 1892, casou-se com Maria Carneiro Pereira Gomes. Descendente de influente família de políticos mineiros, era filho de Isabel Pereira dos Santos com o Coronel Francisco Braz Pereira Gomes (deputado provincial de Minas Gerais). Wenceslau seguiu os passos paternos e desempenhou diversos cargos na política, até ser eleito presidente. Faleceu em Itajubá (MG), no dia 15 de maio de 1966.

(1914-1918)



Delfim Moreira da Costa Ribeiro nasceu no dia 7 de novembro de 1868, no município de Cristina (MG). Filho de Antonio Moreira da Costa Pinto, diplomou-se em 1890 na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1891, casou-se com Francisca de Abreu Ribeiro. Na carreira política, foi deputado estadual, secretário do Interior e governador de Minas Gerais. Em 1918, devido ao falecimento do então eleito, Rodrigues Alves, que não chegou a ser empossado, Delfim assumiu interinamente a presidência da República. Faleceu na cidade de Santa Rita do Sapucaí (MG), em 1 de julho de 1920.

(1918-1919)



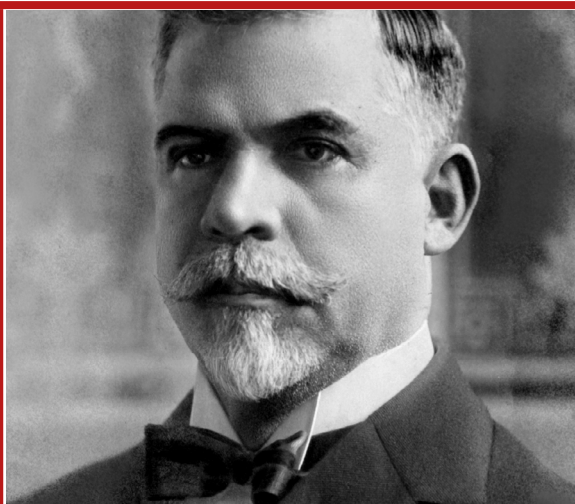
(1919-1922)

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu no dia 23 de maio de 1865, em Umbuzeiro (PB). Devido ao falecimento dos seus pais, vítimas de Varíola, foi criado pelo tio, o Barão de Lucena (na época Governador de Pernambuco). Estudou no Ginásio Pernambucano e, mais tarde, resolveu seguir os passos de seu tio, ingressando na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, onde permaneceu até 1886. Ministrou aulas de Direito na Faculdade do Recife e mudou-se para o Rio de Janeiro. Mais tarde, exerceu cargos políticos na Europa, onde se casou com Maria da Conceição de Manso Saião. A eleição de Epitácio Pessoa como presidente foi singular na República Velha por dois motivos: ocorreu quando ele estava na França e não ocorreu na data oficial das eleições presidenciais. Faleceu em 13 de fevereiro de 1942, em Petrópolis (RJ), vítima de problemas cardíacos, além do agravamento do Mal de Parkinson.



(1922-1926)

Arthur da Silva Bernardes nasceu no dia 8 de agosto de 1875, em Viçosa (MG). Filho do português Antônio da Silva Bernardes e de Maria da Silva Bernardes, cursou os estudos primários em Minas Gerais e, mais tarde, concluiu o curso de Direito na Universidade de São Paulo, bacharelando-se em 1910. Casou-se com Célia Vaz de Melo. No campo político, foi senador, vereador, prefeito, deputado estadual e federal. Quando eleito para presidente, em 1922, instaurou-se um tribunal de honra para legitimar os resultados eleitorais, sendo reconhecida a chapa eleita. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1955, com 79 anos.



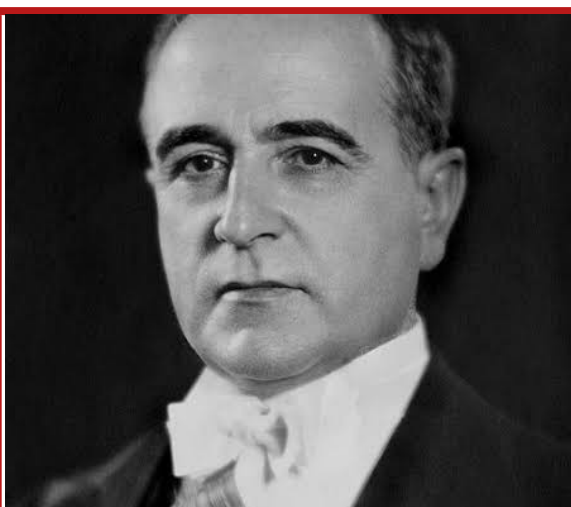
(1926-1930)

Washington Luís Pereira de Sousa nasceu no dia 26 de outubro de 1869, na cidade de Macaé (RJ). Todavia, considerava-se um paulista e fez sua carreira política no Partido Republicano Paulista (PRP), além de ser advogado e historiador. Apesar de pertencer a uma família pobre, foi aluno interno do Colégio Pedro II. Ficou conhecido na história política brasileira como um presidente “moderno”, ao incentivar o desenvolvimento de técnicas para aperfeiçoar a burocracia administrativa e o gerenciamento técnico-científico, além de fomentar estudos científicos em historiografia, museologia e ciências sociais. Washington Luís foi deposto da presidência em 24 de outubro de 1930, pelos chefes das forças armadas, e uma junta provisória de governo assumiu o poder. Em 4 de agosto de 1957 faleceu em São Paulo.



(Não assumiu)

Júlio Prestes de Albuquerque nasceu no dia 15 de março de 1882, na cidade de Itapetininga (SP). Filho de Fernando Prestes de Albuquerque e Olímpia de Santana, casou-se com Alice Viana Prestes. Graduou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1906. Iniciou sua carreira política em 1909, tendo desempenhado importante papel em suas atividades legislativas. Foi o último presidente do Brasil eleito durante a República Velha, mas, devido à Revolução de 1930, não assumiu o cargo. Exilado na Inglaterra, voltou ao Brasil em 1934, quando passou a dedicar-se à agricultura. Faleceu no dia 9 de fevereiro de 1946, em São Paulo.



(1930-1945)

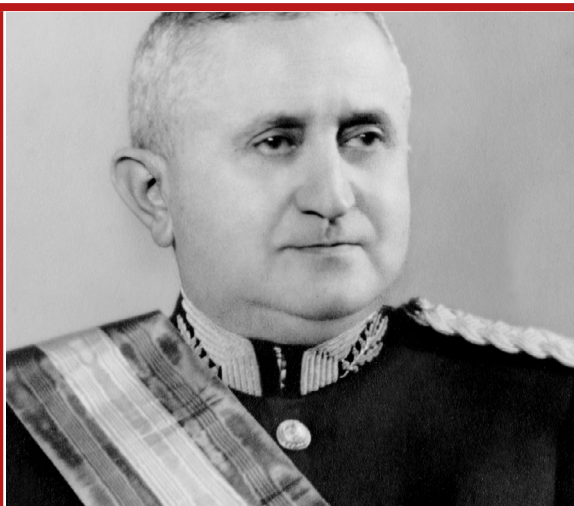
(1951-1954)

Getúlio Dornelles Vargas nasceu na cidade de São Borja (RS), no dia 19 de abril de 1882. Fez sua carreira política no Rio Grande do Sul. Foi o presidente que mais tempo ficou no cargo em toda a história republicana do Brasil. Casou-se com sua conterrânea, Darci Sarmanho Vargas (1914-1992) e tiveram cinco filhos. Três deles também se enveredaram pela política, como Alzira Vargas (1914-1992) que foi Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Getúlio Vargas tornou-se ministro da Fazenda em 1926, no governo de Washington Luís. Em seguida, foi presidente (governador) do Rio Grande do Sul em 1928. Com a Revolução de 1930, permaneceu na presidência até 1945, quando foi deposto. Voltou ao poder pelo voto popular, em 1950. Quatro anos mais tarde, em 24 de agosto de 1954, pressionado para renunciar, cometeu suicídio.



(1945-1946)

José Linhares nasceu no município de Baturité (CE), em 28 de janeiro de 1886. Filho do coronel Francisco Alves Linhares, casou-se com Luzia Cavalcanti Linhares. Ingressou na Faculdade de Direito de Recife, transferindo-se para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, onde se formou em 1908. José Linhares não era engajado na política, já que pretendia dedicar-se à magistratura. Contudo, sua inclinação mudou no governo Vargas, quando passou a integrar o recém-criado Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 1932, e foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em 1937. Ocupando o cargo mais alto do STF (no período de 1945 a 1949) e, portanto, do TSE, assumiu a presidência da República com a deposição de Vargas, em 1945. Foi o primeiro presidente oriundo do Ceará. Faleceu em Caxambu (MG), em 26 de janeiro de 1957.



(1946-1951)

Eurico Gaspar Dutra nasceu no dia 18 de maio de 1883, em Cuiabá (MT). Entrou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1904. Uma década depois, casou-se com a então viúva, Carmela Teles Leite. Durante a década de 1920, combateu os tenentes tanto no Rio de Janeiro, na Revolta do Forte de Copacabana, como em São Paulo, em 1924. A partir de 1932 esteve próximo ao presidente Vargas, graças ao seu combate ao movimento constitucionalista que atacava o governo federal. Também teve papel importante ao reprimir a Intentona Comunista, em 1935. Entrou definitivamente no governo de Vargas, como ministro da Guerra, em 1936. Durante a Segunda Guerra Mundial defendeu a participação do Brasil ao lado das potências do Eixo. Apesar dessa posição, coube ao general Eurico Gaspar Dutra a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada para lutar na Itália. Ao final do conflito, quando governo Vargas perdia apoio, Dutra foi escolhido pela oposição para ser o candidato à presidência. Vargas seria deposto por um golpe militar que assegurou a eleição de Dutra, o único presidente oriundo do atual estado do Mato Grosso. Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1974.



(1954-1955)

João Fernandes Campos Café Filho nasceu no dia 3 de fevereiro de 1899, em Natal (RN). Casou-se com Jandira Carvalho de Oliveira Café, esposa que permaneceu ao seu lado quando decidiu abandonar a carreira de jogador de futebol para exercer atividades de advogado e jornalista nos estados de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro. No período de atuação do movimento político de 1930 retornou para o Rio Grande do Norte e tornou-se chefe de polícia. Em abril de 1933, fundou o Partido Social Nacionalista para concorrer aos cargos da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1935, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte. Café Filho também foi eleito para a Assembleia Constituinte de 1946, pelo Partido Republicano Progressista. Em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, tornou-se o único potiguar e o primeiro protestante a assumir o cargo de presidente do Brasil. Tentou reassumir os poderes presidenciais em 1955, após um grave problema de saúde. No entanto, foi impedido pelo Congresso Nacional e STF. Em 20 de fevereiro de 1970, faleceu no Rio de Janeiro.



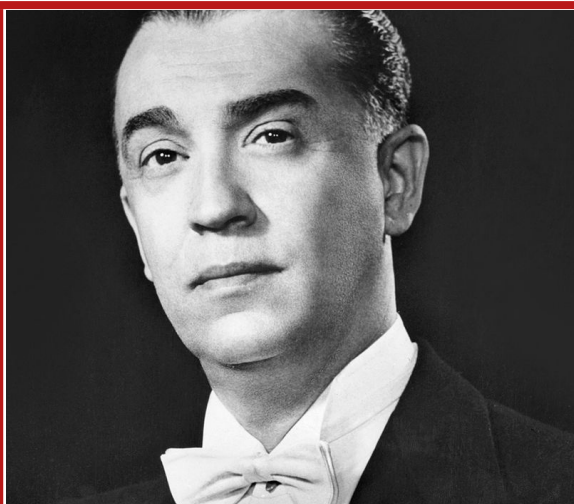
Carlos Coimbra da Luz nasceu em 4 de agosto de 1894, no município de Três Corações (MG). Filho do desembargador Alberto Gomes Ribeiro da Luz e de Augusta Cesarina de Assis Coimbra da Luz, casou-se duas vezes: com Maria José Dantas, que faleceu em 1924, e, posteriormente, com Graciema Junqueira da Luz. Formado na Faculdade de Direito de Minas Gerais, atuou como advogado, professor, jornalista e político brasileiro. Após o Estado Novo, filiou-se ao PSD. Foi ministro da Justiça no governo de Eurico Gaspar Dutra. Elegeu-se deputado federal em 1947. Em 1955, como Presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência da República, em virtude da morte de Getúlio Vargas e o impedimento do vice Café Filho. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1961.

(1955)



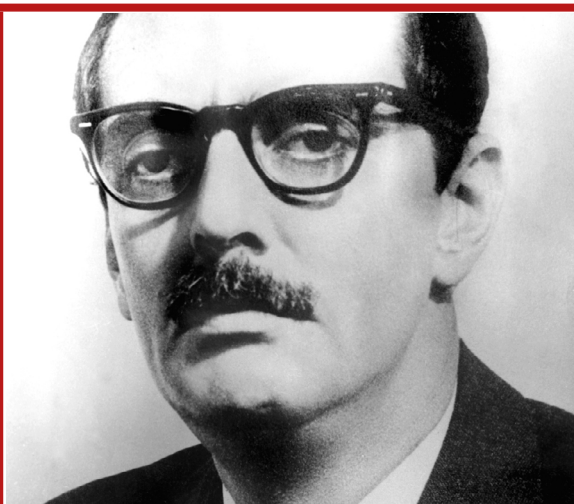
Nereu de Oliveira Ramos nasceu em 3 de setembro de 1888, na cidade de Lages (SC). Casou-se com Beatriz Paranhos Pederneiras Ramos. Em 1909, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi vice-presidente do Brasil, eleito pelo Congresso Nacional, no governo de Eurico Gaspar Dutra. O cargo que ocupava, somado ao suicídio de Vargas, ao pedido de licença por motivos de saúde do presidente Café Filho e ao *impeachment* do presidente Carlos Luz, fez com que assumisse a presidência da República, em 1955. Faleceu em Curitiba (PR), no dia 16 de junho de 1958, em um desastre aéreo.

(1955-1956)



(1956-1961)

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu no dia 12 de setembro de 1902, na cidade de Diamantina (MG). De origem humilde, estudou no Seminário de Diamantina, onde concluiu o curso de Humanidades. Em 1922, ingressou no curso de Medicina da Universidade Federal de Belo Horizonte, concluindo em 1927. Em 1931, estagiou no Hospital Charité de Berlim, ano em que também se casou com Sarah Lemos. No ano seguinte, integrou as tropas que combateram a Revolta de 1932. Depois do seu mandato como presidente, tentou voltar ao poder em 1965, sendo, contudo, impedido pelo golpe militar; momento em que teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos. Exilado, retornou ao Brasil em 1967. Abandonou a política, passando a dedicar-se à sua fazenda em Goiás. Em 1974, entrou para a Academia Mineira de Letras. Faleceu em 22 de agosto de 1976, em um acidente automobilístico quando viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro.



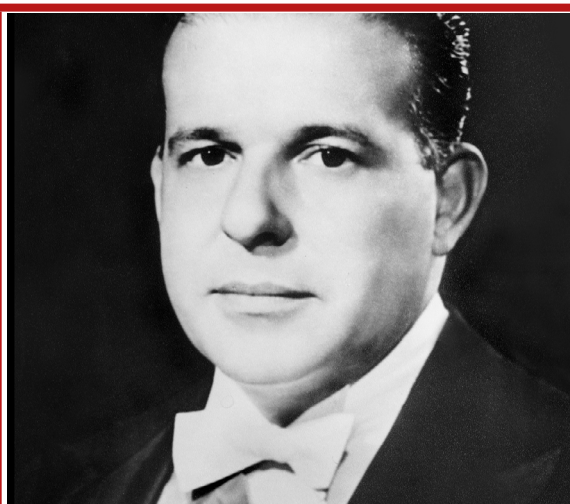
(1961)

Jânio da Silva Quadros nasceu no dia 25 de janeiro de 1917, em Campo Grande (MS). Coursou o ensino primário em Curitiba, no Grupo Escolar Conselheiro Ezequiel da Silva Romero Bastos e no Colégio Estadual do Paraná, até 1930. Pouco depois se mudou para São Paulo e frequentou o Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo. Em 1943, graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. Em seguida, ministrou aulas de geografia e português no Colégio Dante Alighieri, Colégio Vera Cruz e na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Começou a carreira política elegendo-se vereador, e posteriormente, prefeito, governador e deputado federal pelo estado de São Paulo. Estes cargos foram primordiais para adquirir popularidade entre os paulistas e, mais tarde, assumir o cargo de Presidente da República. Casou-se com Eloá Quadros, em 1942, e teve uma filha, Dirce Maria Quadros, que seguiu a carreira política. Faleceu em São Paulo, em 16 de fevereiro de 1992, com 75 anos.



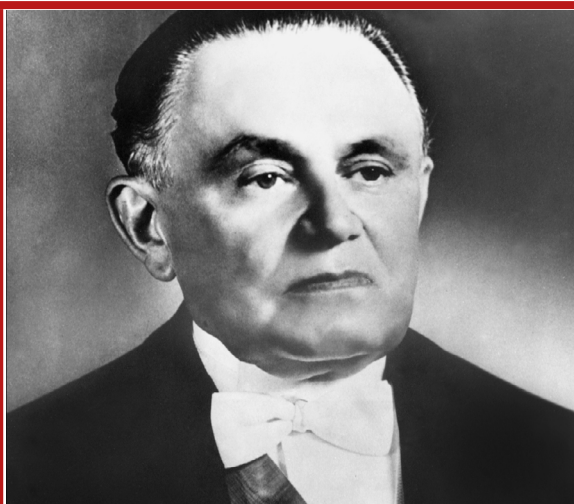
(1961)

Paschoal Ranieri Mazzilli nasceu no dia 27 de abril de 1910, na cidade de Caconde (SP). Filho dos imigrantes Domenico Domingos Mazzilli e Angela Liuzzi, teve uma infância humilde, começando a trabalhar ainda muito novo. Em 1930, chegou a se matricular na Faculdade de Direito de São Paulo, mas foi apenas em 1940 que se formou pela Faculdade de Direito de Niterói. Participou como combatente na Revolução de 1932. Um ano depois, casou-se com Sílvia Pitaguary Serra Mazzilli. Assumiu interinamente a presidência em duas ocasiões: em 1961, quando Jânio Quadros renunciou e seu vice João Goulart encontrava-se em missão na China; posteriormente, em 2 de abril de 1964, por ocasião da cassação do mandato de João Goulart pelo Congresso. Afastou-se da política, dedicando-se à agricultura, em Minas Gerais. Em 21 de abril de 1975, faleceu em São Paulo.



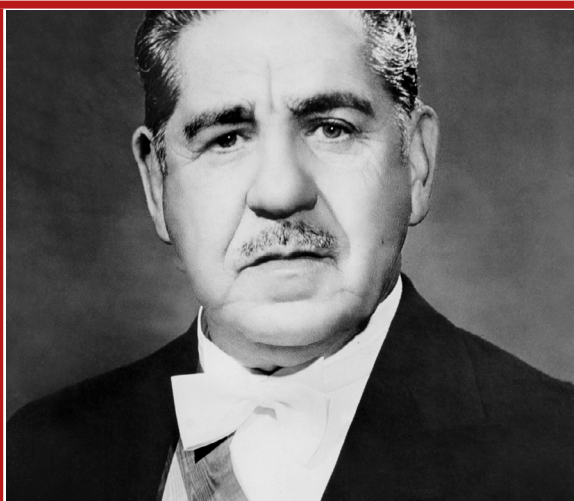
(1961-1964)

João Belchior Marques Goulart nasceu no dia 1 de março de 1919, em São Borja (RS). Descendente de família gaúcha abastada, seu pai, Vicente Rodrigues Goulart, era coronel e sua mãe, Vicentina Marques Goulart, dona do lar. João estudou no Colégio das Irmãs Teresianas, num município próximo à sua cidade natal, Itaqui. Por conseguinte, foi estudar no Internato Santana, em Uruguaiana, e mais tarde no Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Na capital cursou Direito na Faculdade de Porto Alegre e teve grande atuação política, ao lado de seu companheiro Getúlio Vargas. Casou-se com Maria Thereza Fontella Goulart, que, com vinte e um anos de idade à época da posse de Goulart, viria a ser a primeira-dama mais nova da história do país. Jango, como ficou conhecido, faleceu em Mercedes, na Argentina, dia 6 de dezembro de 1976, quando estava exilado, em virtude do Golpe Militar de 1964.



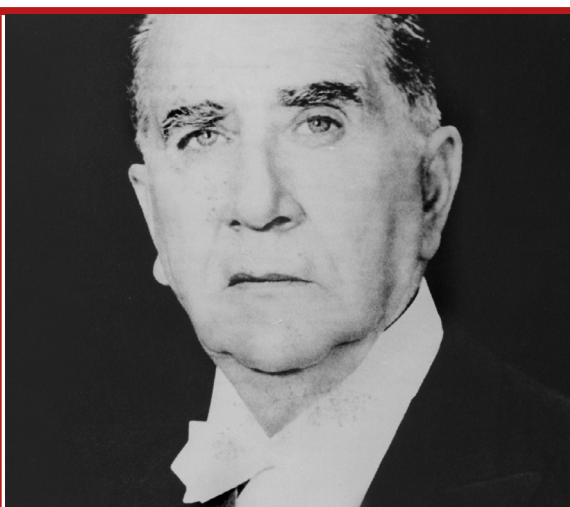
(1964-1967)

Humberto de Alencar Castello Branco nasceu no dia 20 de setembro de 1897, em Fortaleza (CE). Como forma de garantir uma vaga no Colégio Militar de Porto Alegre, o futuro presidente teve a data de nascimento alterada. Cursou, ainda, a Escola Militar de Realengo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada, Escola de Aviação, o curso de Estado-Maior do Exército. Esteve nos Estados Unidos em 1943, durante o período de preparação dos Pracinhas brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Integrou combates na Itália e chegou ao comando da FEB (Força Expedicionária Brasileira) em 1945. Foi elevado ao posto de general em 1962 e chefe do Estado-Maior do Exército entre 1963 e 1964. Foi um dos principais articuladores do Golpe Militar de 1964, que tirou do poder o presidente João Goulart. Foi conduzido por meio de eleição indireta para o cargo de presidente em 15 de abril do mesmo ano. O marechal Castello Branco foi vítima de um acidente aéreo e faleceu em 18 de julho de 1967, no Ceará.



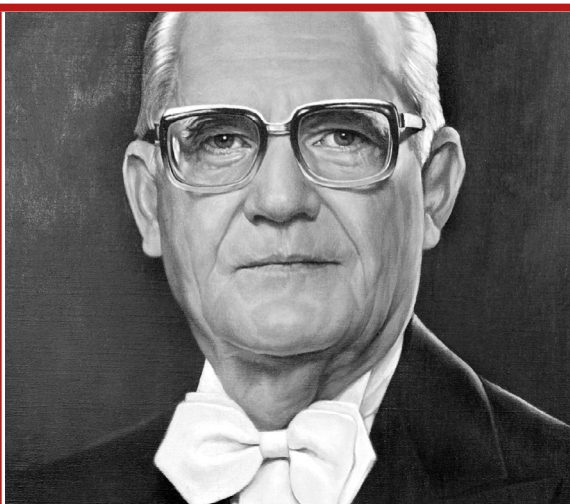
(1967-1969)

Artur da Costa e Silva nasceu dia 3 de outubro de 1899, na cidade de Taquari (RS). Era filho de Aleixo Rocha da Silva e Almerinda Mesquita da Costa e Silva. Sua educação militar começou no Colégio Militar de Porto Alegre. Depois disso, ingressou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Aluno aplicado, foi aspirante, tenente, general e marechal do exército brasileiro. Em 1922, Artur participou do movimento tenentista, momento em que foi preso. Ademais, participou da Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. No início da década de 1940, foi estagiário nos Estados Unidos. Na década de 1950, esteve dois anos na Argentina como membro do exército na embaixada do Brasil. Durante o governo de Castello Branco, foi nomeado ministro da Guerra do Brasil, entre 4 de abril de 1964 e 30 de junho de 1966. Em 1964, ainda ocupou o cargo de ministro de Minas e Energia do Brasil, por pouco menos de um mês. Nesse tempo, foi responsável por articular o Golpe Militar de 64 ao lado do presidente Castello Branco. Costa e Silva foi vítima de um derrame cerebral em agosto de 1969, o que o afastou do cargo de presidente. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969, com 70 anos.



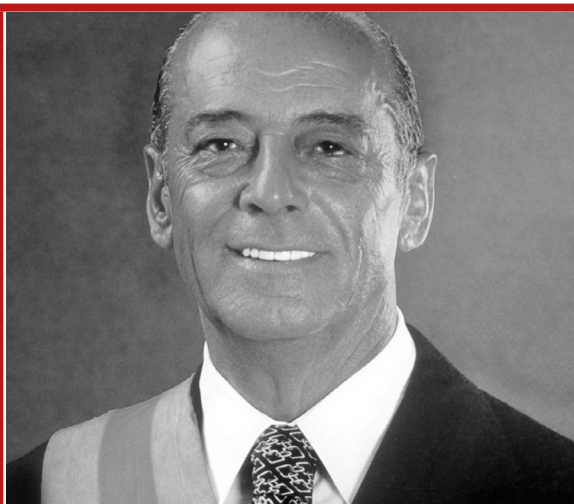
(1969-1974)

Emílio Garrastazu Médici nasceu em 4 de dezembro de 1905, na cidade de Bagé (RS). Seu pai, Emílio Médici, era um imigrante italiano e sua mãe, Júlia Garrastazu, era uruguaia. Casou-se com Scila Médici. Coursou o Colégio Militar de Porto Alegre e a Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Participou ativamente da Revolução de 1930, ao lado de Getúlio Vargas. Igualmente, em 1932, lutou contra a Revolução Constitucionalista, ocorrida em São Paulo e apoiou o golpe de 1964. Ao deixar a presidência, Médici afastou-se da vida pública e morreu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1985. Devido à repressão e à censura do seu governo, em 2015, teve seu título de Doutor Honoris Causa (1972) revogado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



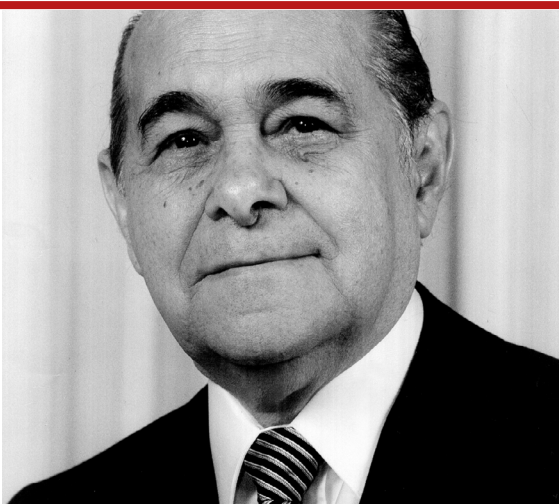
(1974-1979)

Ernesto Beckmann Geisel nasceu no dia 3 de agosto de 1907, na cidade de Bento Gonçalves (RS). Era filho dos luteranos alemães Wilhelm August Geisel e de Lydia Beckmann. Estudou no Colégio Martinho Lutero de Estrela, no Colégio Militar de Porto Alegre, e mais tarde, na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Grande parte de sua vida, serviu ao exército brasileiro: de 1927 a 1969. Dos quatro irmãos, dois deles também seguiram a carreira militar: Henrique e Orlando Geisel. Em 1940, casou-se com Lucy Geisel, sua prima de segundo grau. Durante o governo do presidente Castello Branco e após o Golpe de 64, foi nomeado ministro-chefe da Casa Militar durante os anos de 1964 e 1967. Foi o 13º presidente da Petrobras e atuou no cargo de 1969 a 1973. Em 1973, foi eleito presidente do Brasil com 80% dos votos. Faleceu no Rio de Janeiro, dia 12 de setembro de 1996, com 89 anos, vítima de câncer.



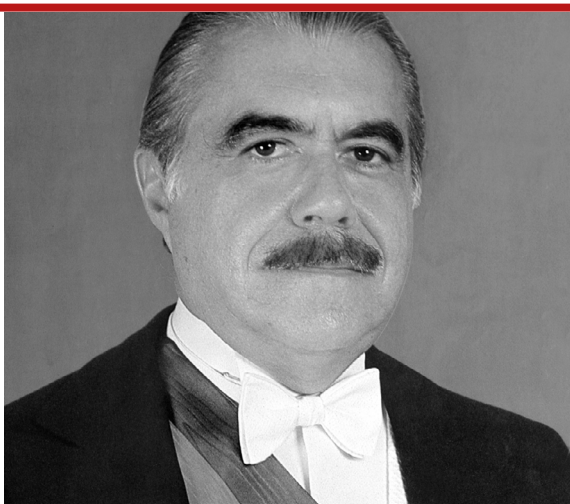
(1979-1985)

João Baptista Figueiredo nasceu em 15 de janeiro de 1918, no Rio de Janeiro. Filho de militar, Euclides de Oliveira Figueiredo, cursou várias instituições militares como a Escola Militar de Porto Alegre e permaneceu entre 1935 e 1937 na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Foi o primeiro aluno da classe, e por conta do bom desempenho, recebeu como homenagem o espadim, entregue por Getúlio Vargas. No Exército foi instrutor de cavalaria, cursou a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), foi instrutor da precursora da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), atuou no Comando e Estado-Maior do Exército e, ainda cursou a ESG (Escola Superior de Guerra). As atividades diplomáticas de João Batista Figueiredo contribuíram para a chegada ao poder. As primeiras missões ocorreram entre 1955 e 1958, quando integrou a missão militar do Brasil para instrução do Exército do Paraguai. Três anos depois, atuou no Conselho de Segurança Nacional e no comando do Estado-Maior do Exército, entre 1961 e 1964. Igualmente, foi um dos membros da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional do governo de Jânio Quadros (1961-1964). Foi chefe do gabinete militar do presidente Emílio Garrastazu Médici e foi empossado ministro-chefe do SNI no governo de Ernesto Geisel. Em 1977, Figueiredo ascendeu ao posto de general. Dois anos depois, por meio de eleição indireta que lhe garantiu 355 votos, chegou à Presidência do Brasil, sendo o último presidente do período da ditadura militar. A fim de mostrar que o governo militar estava findando, Figueiredo promulgou várias leis que favoreciam à volta dos civis ao poder. Casou-se em 1942 com Dulce Figueiredo e tiveram dois filhos. Após deixar a presidência, abandonou a política e faleceu em 24 de dezembro de 1999.



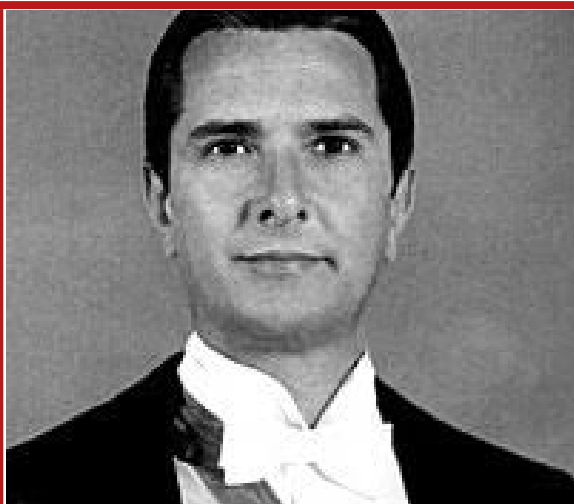
(Não assumiu)

Tancredo de Almeida Neves nasceu no dia 4 de março de 1910, na cidade de São João del Rei (MG). Filho do comerciante Francisco de Paula Neves e de Antonina de Almeida Neves, graduou-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em 1932. Casou-se com Risoleta Guimarães Tolentino Neves, tendo três filhos. Entre eles, sua filha Inês Maria é a mãe de Aécio Neves (ex-governador de Minas Gerais). Iniciou sua carreira política no Partido Progressista (PP), sendo vereador de sua cidade-natal. Pelo Partido Social Democrático (PSD) foi deputado estadual e federal. Com passagens pelos Partido Popular (PP) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ingressou no PMDB, elegendo-se governador de Minas Gerais (1983-1984). Sem a realização de eleições diretas para presidente da República em 1984, Tancredo Neves foi lançado candidato à presidência, tendo como vice José Sarney. Tancredo, a véspera da posse, foi internado em estado grave, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985, em São Paulo.



(1985-1990)

José Sarney de Araújo Costa nasceu no dia em 24 de abril de 1930, na cidade de Pinheiro (MA). Filho de Sarney de Araújo Costa e Kyola Ferreira de Araújo Costa, aos 12 anos, foi aprovado em primeiro lugar no exame de admissão no Liceu Maranhense (São Luís), iniciando sua militância política estudantil dois anos depois, ao editar o jornal "O Liceu" e participar das manifestações pela queda da ditadura de Vargas. Graduiu-se pela Faculdade de Direito do Maranhão (1953), tendo desenvolvido, paralelamente a vida política, uma carreira literária de prestígio, reconhecida pela Academia Maranhense de Letras (1953) e pela Academia Brasileira de Letras (1980). Casou-se com Marly Pádua Macieira Sarney. Em 1984, foi lançado como vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, assumindo interinamente e depois efetivamente a presidência, em virtude da doença e morte de Tancredo. Após o término de seu mandato presidencial, elegeu-se senador pelo Amapá, presidindo ainda o Senado Federal do Brasil. Findando uma carreira política de mais de sessenta anos, anunciou sua aposentadoria em 2014.



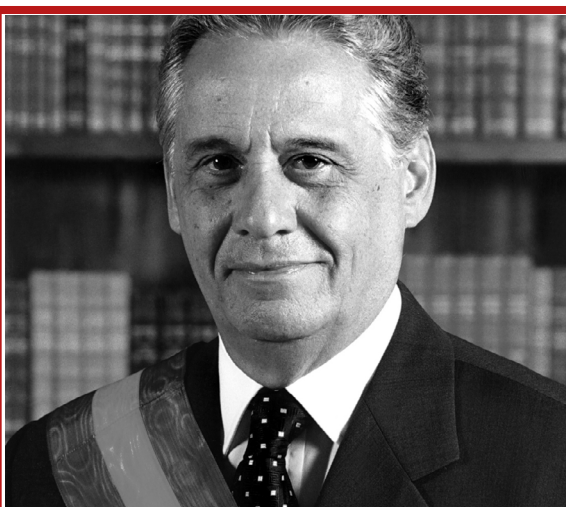
(1990-1992)

Fernando Affonso Collor de Mello nasceu em 12 de agosto de 1949, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Filho de Leda Collor e de Arnon Afonso de Farias Mello, formou-se em Economia pela Universidade Federal de Alagoas (1972). Atuou tanto no ramo jornalístico, como diretor da Gazeta de Alagoas, quanto na área de empreendedorismo, sendo superintendente da Organização Arnon de Melo. Casou-se três vezes: com Celi Elizabeth Júlia Monteiro de Carvalho, Rosane Brandão Malta e com Caroline Medeiros; tendo ainda um filho fruto de um relacionamento extraconjugal com Jucineide Brás da Silva. Na carreira política foi prefeito de Maceió, deputado federal e governador de Alagoas. Criou o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), elegendo-se por esta legenda a presidente da República, em 1989. Foi o mais jovem presidente da República e o primeiro a ser afastado em decorrência do processo de *impeachment*.



(1992-1995)

Itamar Augusto Cautiero Franco nasceu no dia em 28 de junho de 1930, a bordo de um navio que fazia a rota Salvador-Rio de Janeiro, sendo, portanto, registrado em Salvador (BA). No entanto, sua certidão indica como o ano de seu nascimento 1931, na cidade de Juiz de Fora (MG). Filho de Augusto César Stiebler Franco, falecido pouco antes de seu nascimento, e de Italia Cautiero, concluiu o curso científico no Instituto Granbery, tornando-se aspirante a oficial da reserva do Exército no ano seguinte. Formou-se em Engenharia Civil e Eletrotécnica na Escola de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1954. Foi prefeito de Juiz de Fora e senador. Eleito vice-presidência da República, assumiu efetivamente o cargo de presidente, em 1992, após a renúncia de Collor. Posteriormente ao mandato presidencial, tornou-se embaixador do Brasil em Portugal, governador de Minas Gerais e embaixador do Brasil na Itália. Faleceu em 2011, aos 81 anos de idade.



(1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 18 de junho de 1931, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Filho do militar Leônidas Cardoso e de Nayde Silva Cardoso, casou-se com a antropóloga Ruth Vilaça Correia Leite. Graduiu-se em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1952, especializando-se em Sociologia no ano seguinte. Kursou a pós-graduação na Universidade de Paris. Foi professor da Faculdade de Economia da USP sem ter concluído a graduação. Eleito representante dos ex-alunos, em 1954, tornou-se o mais jovem membro do Conselho Universitário da USP. Integrou a direção do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), em 1960, e foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-1984). Obteve doutoramento honoris causa em mais de 20 universidades. Na carreira política, foi perseguido depois do golpe militar, exilando-se no Chile, onde integrou a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal/ONU). Foi senador, ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e ministro da Fazenda (1993-1994). Em 1994, elegeu-se no primeiro turno para presidente do Brasil. Em 1998, tornou-se o primeiro presidente reeleito até então. Nos dias atuais, dentre diversas atividades que desempenha, destaca-se a presidência da Fundação Fernando Henrique Cardoso, criada em 2004, além de ser membro de Academia Brasileira de Letras.



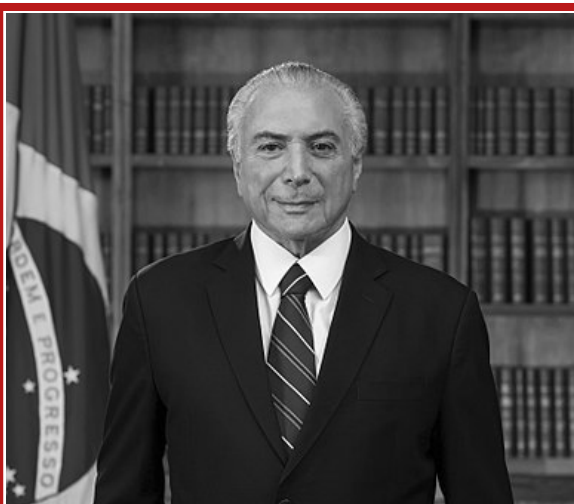
(2003-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu no dia 27 de outubro de 1945, na cidade de Garanhuns (PE). Filho de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello, casou-se com Marisa Letícia, em 1974. Foi alfabetizado no Grupo Escolar Marcílio Dias. Começou a trabalhar aos 12 anos, numa tinturaria; desempenhando também outras atividades como engraxate e office-boy. Aos 14 anos, Lula transferiu-se para a Fábrica de Parafusos Marte, onde teve acesso ao curso de torneiro mecânico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), tornando-se, então, metalúrgico. Passou por várias fábricas até chegar em São Bernardo do Campo, onde ingressou na Indústria Villares, uma das principais metalúrgicas do país. Nesse momento, Lula começou a ter contato com o movimento dos operários, conseguindo tornar-se presidente do sindicato, em 1975. Cinco anos depois, Lula fundou o PT e, dias depois, foi preso, devido as greves dos metalúrgicos. Nos anos que se seguiram, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da campanha das “Diretas-já”. Lula foi derrotado nas eleições para presidente de 1989, 1994 e 1998. Contudo, em 2002, conseguiu se eleger, sendo, ao final do seu mandato, aprovado por 57% da população; o que garantiu a sua reeleição em 2006. Após seu mandato, Lula manteve-se influente no cenário mundial. Chegou a ser nomeado por Dilma como ministro-chefe da Casa Civil, sendo suspensa a indicação pelo STF. Em 2017 foi condenado, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. A pena foi aumentada devido a confirmação em segunda instância, o que levou Lula à prisão, em 2018. Recentemente, após o STF decidir que a execução da pena só deve ocorrer com o trânsito em julgado da sentença, Lula foi solto.



(2011-2016)

Dilma Vana Rousseff nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva. Aos 16 anos, Dilma deu início à vida política, integrando organizações de combate ao regime militar. Ao sofrer perseguição militar, Dilma passou quase três anos na cadeia (1970-1972). Em 1973, Dilma mudou-se para Porto Alegre (RS) e graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1977. Em 1979, dedicou-se à campanha da Anistia. Na política, Dilma foi Secretária da Fazenda de Porto Alegre, presidente da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e Secretária de Energia, Minas e Comunicação do governo gaúcho. Em 2002, Dilma foi convidada a participar da equipe de transição entre os governos de FHC e Lula. Depois, com a posse de Lula, tornou-se ministra de Minas e Energia e, em 2005, ministra-chefe da Casa Civil. Nas eleições de 2010, Dilma tornou-se a primeira mulher eleita à presidência do Brasil. Em 2016, em seu segundo mandato, Dilma foi afastada da presidência por suspeita de crimes de responsabilidade fiscal e sofreu o *impeachment* no mesmo ano.



(2016-2018)

Michel Miguel Elias Temer Lulia nasceu no dia 23 de setembro de 1940, em Tietê (SP). Filho de Nakhoul “Miguel” Elias Temer Lulia e Marchi Barbar Lulia, imigrantes libaneses, Temer trabalhou com beneficiamento de arroz e café e, anos depois, graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e doutorou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Foi advogado trabalhista, é autor de diversos livros, além de ter lecionado disciplinas de Direito em instituições de ensino superior. Na magistratura, Temer foi nomeado procurador-geral do Estado de São Paulo, em 1983, o que o levou para a política. Na política, Temer foi secretário de Segurança Pública e de Governo de São Paulo, presidente do PMDB, deputado da Assembleia Nacional Constituinte e deputado federal por seis mandatos, inclusive assumindo a presidência da Câmara dos Deputados. Em 2010, Temer foi eleito vice-presidente da República e reeleito em 2014. Michel Temer assumiu definitivamente a Presidência da República em 31 de agosto de 2016, após o Senado Federal aprovar o processo de *impeachment* e afastar a presidenta Dilma Rousseff do cargo. Temer foi alvo de inquéritos e denúncias de corrupção, sendo, inclusive, preso temporariamente, em 2019.



(2019-2022)

Jair Messias Bolsonaro nasceu no dia 21 de março de 1955, em Campinas (SP). Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro, é descendente de imigrantes italianos. Em 1977, formou-se como oficial na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende (RJ) e obteve diversas especializações na área de educação física, paraquedismo, saltos e mergulho. Foi Capitão do Exército Brasileiro em Nioaque (MS), entre 1979-1981. Sua carreira política começou em 1988, quando concorreu à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e conseguiu uma vaga no Legislativo da cidade. Em 1990, dois anos depois de eleito, conquistou o primeiro dos sete mandatos consecutivos no cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro. É pai de cinco filhos, sendo que os três mais velhos também estão na política. Em 2018, Bolsonaro foi eleito presidente da República, em segundo turno. Tomou posse em 1 de janeiro de 2019, com mandato até 2022.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ARANHA, Adriana Veiga (org). **Fome Zero: Uma História Brasileira**, vol. 1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero Brasília: MDS, 2010.

ARAÚJO, Bernardo Goytacazes. **A Instabilidade Política na Primeira República Brasileira**. Juiz de Fora: Ibérica, 2009.

BEZERRA, Juliana. **Maiores Ditadores da História**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/maiores-ditadores-da-historia/>. Acesso em 07 de outubro de 2019.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Economia brasileira**. Florianópolis: UFSC / CAPES UAB, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Biblioteca**. Galeria dos Ex-presidentes. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

CAJADO, Ane Ferrari Ramos; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

CAMPOS, Raimundo. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Atual, 1991.

CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930): texto e contexto**. São Paulo: Difel, 1969.

FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**, tomo 3, vol. 4 (Col. História da Civilização Brasileira). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **CPDOC/FGV**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Memorial da Democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer (orgs). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOMES, Angela de Castro (org). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2008.

SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA, Elisiane da; NEVES, Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (orgs). **Tancredo Neves: pensamentos e fatos**, vol. 1 (Coleção O Pensamento Político Brasileiro). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

TV BRASIL. **Caminhos da Reportagem: Guerrilha do Araguaia**. Reportagem: Emerson Pena e Paula Simas. Edição: Floriano Filho. 2010.

VILLA, Marco Antônio. **História das Constituições brasileiras - 200 anos de luta contra o arbítrio**. São Paulo: LeYa Brasil, 2011.

